

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

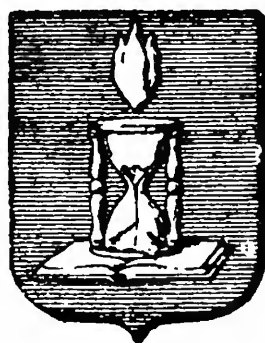
**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS**

---

BOLETIM LXXIII

***História da  
Civilização Brasileira***

Nº. 6



SÃO PAULO — 1946

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Toda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

"The "Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo" are edited by the different departments of the Faculty.

All correspondence should be addressed to the Department concerned, Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

#### UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Reitor:

**Prof. Dr. Antonio de Almeida Prado**

Director da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

**Prof. Dr. André Dreyfus**

Secretário:

**Nicolino Barbério**

---

#### CADEIRA DE HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Catedrático

**Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior**

1.º assistente:

**Prof. Odilon Nogueira Matos**

Assist. extra numerario:

**Prof. Maxim Tolstol Carone**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

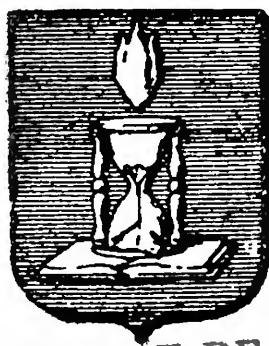
**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS**

---

BOLETIM LXXIII

***História da  
Civilização Brasileira***

Nº. 6



UNIVERSIDADE DE S. PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA,  
CIÊNCIAS E LETRAS

SÃO PAULO — 1946



**LXXIII**

**História da Civilização Brasileira**

**N. 6**

**Panoramas Históricos**

*por*

***Alfredo Ellis Junior***



**1946**



## PREFÁCIO

*Ao elaborar a matéria que deverá constituir o volume 6.º dos Boletins da Cadeira, eu tive que enfrentar uma grande dificuldade, a qual consistia em ser sintetizada em menos de cem páginas toda a história econômica seiscentista da capitania vicentina. Eu deveria sintetizar em espaço tão pequeno porque o formidável encarecimento de tudo elevou desmedidamente o preço da unidade básica da impressão. Como a verba, concedida à cadeira para o fim de publicações, não acompanhou aquele movimento ascensional, temos que a única solução para o nosso caso, foi de procurarmos, pela síntese, enquadrar nas circunstâncias, acima expostas, toda a Economia vicentina, durante o período seiscentista, que antecedeu a descoberta do ouro.*

*Continúo a pensar que o — lucro — é o objetivo de todas as ações humanas. Daí, o homem, o protagonista dos acontecimentos históricos, buscar, com avidez, a produção, único meio dele conquistar o — lucro. — Daí a necessidade imperiosa de se conhecer bem a causa determinante das ações humanas, pois só assim, poderemos reconstituir, menos imperfeitamente, os capítulos históricos. Com essa série de raciocínios tivemos de estudar a História Econômica, que, como evidenciamos é a base causal de todos os acontecimentos.*

*Foi assim que, ainda neste Boletim n.º 6 da cadeira de História da Civilização Brasileira, diante da precisão imperativa de reconstituir o nosso passado seiscentista, para transmitir didaticamente aos meus alunos, os acontecimentos históricos, verosimilmente explicados e despidos das fantasias, das lendas, recorro à História Econômica.*

*Com isto, os meus alunos dos vários cursos que administro terão uma visão mais lógica dos capítulos históricos e ficarão aptos a conhecer melhor os acontecimentos do nosso secular passado.*

*Essa visão mais lógica dos nossos capítulos históricos será mais fácil de ser concebida porque neste vol. n.º 6, o nosso passado seiscentista é resumido em suas linhas gerais, despido de suas minúcias, de modo que o estudioso do nosso além secular poderá encontrar sem dificuldades as linhas mestras ou o arcabouço da nossa História seiscentista vestindo-a, se quizer, dando a ela maior desenvolvimento.*



## PARTE I

### CAPÍTULO I

#### CONCEITO DE HISTÓRIA

Não podemos restringir o conceito de História a uma simples Cronologia, isto é, a um relato de acontecimentos mais ou menos episódicos, recheiado de nomes, de datas, de batalhas, de alvarás, de leis, de cartas régias, de titulares, de monarcas, de generais, etc., cousas empilhadas desordenadamente mais destinadas a fatigar a memória do estudante e a tornar fastidioso o assunto para o curioso.

*História não é isso, que se resume em mera reportagem!* Por um absurdo, caso fosse isso, teríamos que a História de um povo estaria emparedada nos calendários de brindes de fim de ano e cataplasmada, estática, como nos jornais que diariamente publicam na secção de “efemérides” os acontecimentos onomásticos do dia, sem o menor comentário crítico, sem o menor raciocínio, sem a menor explicação e sem a menor ligação de causa e efeito, etc. Isso seria apenas uma obra cronológica, jamais histórica. <sup>(1)</sup>

Também, não se pode confundir História com a exaltação do patriotismo, como a vemos transfigurada, a desfiar rosários de panegíricos, cantados em ditirambos, que se sucedem em um declamar enamorado e contínuo de civismo, terapêutica cocainizante a que recorrem os povos faltos de outros recursos mais eficientes.

---

(1) Eu sei que esse conceito não é agradável a muitos indivíduos, que méros episodistas, repetidores de cousas estafadamente sabidas, se enfeitam indevidamente com o título de “historiadores”.

A falta de modestia os leva a aceitar essa situação.

A História de um povo não é uma bíblia cívica que se embebeda apaixonadamente com o espírito de um “*me ufanismo*” laudatório e menos verdadeiro, completamente cego à verdade.

A História também não pode unicamente, se resumir na parte política e superficial da vida de um povo. Os acontecimentos políticos são meras consequências de fenômenos mais profundos, que precisam ser analisados. Isso seria uma reconstituição incompleta, sob todos os pontos de vista.

Com isso, temos que a História é uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para esse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano.

Assim, as fontes da História podem ser classificadas do seguinte modo:

- |   |  |   |
|---|--|---|
| 1 — Documentos                                      | {<br>(a) escritos oficiais<br>(Paleografia)<br><br>(b) iconográficos<br>e epigráficos<br><br>(c) escritos particulares | {<br>escrituras, inventá-<br>rios, documentos e<br>testamentos<br>leis, decretos viáveis<br>e vigentes<br>registros<br>relatórios<br><br>{<br>gravações, monu-<br>mentos<br>moedas<br>pinturas e estátuas |
| 2 — Relatos e testemunhos coevos — visitantes, etc. |  |   |
| 3 — Analogia e razão natural das cousas.            |  |   |
| 4 — Ensinamentos, outros ramos científicos          | {  | genealogia, demografia,<br>geografia, biologia, es-<br>tatística, antropologia,<br>economia, etc.   |

- 5 — Repercussão da evolução de outros povos.
- 6 — Ensinaamentos de autoridade e de mestres reconhecidos.
- 7 — Tradição oral, transmitida em famílias, etc., e por pessoas idôneas.
- 8 — Literatura, Folk-lore, musicologia, pintura, arquitetura, etc.
- 9 — Toponímia.

Isso tudo deve obedecer a uma interpretação lógica, de acôrdo com o bom senso e com a razão natural das cousas, sendo consideradas as situações especiais.

São fatores causais da História: (2)

a) o *interno ou biológico, ou individual*, que cada um traz perfilado na sua feitura física, psíquica, fisiológica, moral, glandular, sentimental, etc., não só herdada dos seus maiores, como adquirida.

b) o *externo, mesológico, ou ambiental*, que é tudo que envolve o indivíduo. Êste fator externo, pode ser geográfico ou natural e social ou artificial.

Êsses dois fatores causais moldam os atores, nos dramas do passado em que agem e moldam os acontecimentos que devem ser finalidade da História reconstituir.

Êles, em maior ou menor escala, influem nos quadros históricos, os causando e lhes dando os contornos e os respectivos coloridos.

E' certo que os acontecimentos históricos têm todos, mais ou menos, consequências. A importância de cada um, bem como a atenção que cada um merece, está na razão direta do vulto das consequências dele projetadas.

---

(2) E' preciso não confundir fatores causais, com fontes. Aqueles, são os causadores dos eventos históricos e estas são os elementos mais ou menos seguros de se ter eventos como realizados.

Também não e deve confundir fatores causais ou fontes com objetivos econômicos. Êstes, são a meta de todos os atos humanos.

## CAPITULO II

### A PRODUÇÃO

O objetivo final dos agrupamentos humanos, é o *lucro*. Tudo, na História, gira em torno do que até hoje é o objetivo de tôdas as nossas ações.

Não há nada na vida humana que se faça sem o fito do *lucro*, que nos habilita a continuar a nossa vida individual e proporciona meios para a perpetuação de nossa espécie.

O lucro agora, como no passado, só pode ser obtido pela produção. Assim, todo e qualquer agrupamento humano, atualmente existente, como os que existiram no passado, só puderam exercer função, na razão direta da produção que realizaram ou realizam.

Ora, a Produção, ontem como hoje, se tem efetivado de acôrdo com a equação algébrica em que se sintetiza o valor de cada agrupamento humano ou o vulto de cada capítulo histórico.

Eis a equação:

$$\text{Produção} = T (\text{ecologia}) + M (\text{Mão de Obra}) + C (\text{Capital}) + t (\text{transporte}) + c (\text{consumo})$$

Cada um dos fatores dessa equação representa um fator com que conta o agrupamento humano, fazendo com que aumente ou diminua o seu valor econômico e, portanto, a sua projeção no cenário da História, com consequências em número maior ou menor.

## CAPITULO III

### APLICAÇÃO DA TESE À HISTÓRIA BRASILEIRA

Aplicando isso à hipótese vicentina, temos que a Capitania de S. Vicente foi logo, de início, no quinhentismo, colocada fora do ciclo do pau brasil, a primeira etapa econô-

mica brasileira. E' que, o termo  $T$  da equação supra não era favorável à capitania vicentina.

Pelo contrário! O termo  $T$  era igual a zero, porque o clima vicentino não era suficientemente quente e úmido, para ocorrer à vegetação do pau brasil, que só vicejava ao norte de Cabo Frio.

Ainda que a capitania vicentina pudesse ter os demais termos da equação da produção, o simples fato de não contar com o fator  $T$ , foi o suficiente para impedir a produção vicentina, nesse primeiro ciclo da economia brasileira.

Desses raciocínios, temos que, a capitania foi relegada à pobreza e determinada à situação inferior, com tôdas as consequências dêsse nível. (1)

#### CAPÍTULO IV

### O AÇÚCAR

Com o açúcar, a situação teve, mais ou menos, o mesmo resultado. S. Vicente, logo em 1532, com Martim Afonso, conheceu a plantação da cana de açúcar. Foi a primeira região no Brasil a plantar essa preciosa gramínea. O Nordeste, só mais tarde, com Duarte Coelho, imitou S. Vicente.

---

(1) Mesmo que o clima da região sul do Cabo Frio fosse propício para a vegetação do pau-brasil, a Capitania vicentina não teria podido explorar êsse vegetal, se locupletando com a riqueza dele derivada. E' que a Capitania vicentina não poderia concorrer economicamente com regiões produtoras de pau-brasil, situadas mais ao Norte, com condições de navegação mais fáceis.

Essas regiões, mais ao Norte, eram situadas em distâncias mais próximas da Europa, e, portanto, dos centros de consumo.

Isso dava a essas regiões tais vantagens que, a capitania vicentina seria radicalmente eliminada da concorrência econômica do pau-brasil. Mas concomitantemente com essa esmagadora desvantagem, a Capitania vicentina ainda tinha contra si a desvantagem de uma navegação contra a corrente equatorial, que, vindo do Golfo da Guiné, na Africa, perlongava o litoral brasileiro até o Cabo Frio.

Entretanto, a produção do açúcar teve desenvolvimento no Nordeste e se atrofiou em S. Vicente. Por que? Sim, por que êsse resultado, a contrariar tôdas as expectativas?

E' que se tratou, entre as duas regiões brasileiras, a capitania vicentina e o Nordeste, uma luta econômica que eu chamo de primeira batalha do açúcar.

Foi uma batalha surda, anônima, sem os ecos ribombantes das batalhas militares, sem as galopadas heroicas, sem os lampejos das armas metálicas, sem os estrépitos ensurdecedores dos soldados em marchas suarentas, em os bramiados dos vitoriosos e o ranger de dentes raivosos dos vencidos, sem o sangue dos moribundos, sem os gemidos dos feridos e os estertores dos agonizantes e o sentimentalismo dos espectadores, mas com consequências imensas para o futuro. (1).

Para S. Vicente, a miséria; para o Nordeste, a riqueza! Êsse foi o binômio fatal que deveria presidir tôda a História do Brasil. Porque S. Vicente perdeu essa batalha, que até agora tem passado mais ou menos incólume aos olhos dos que têm escrito sôbre o passado brasileiro. As estatísticas conhecidas sôbre o valor econômico e demográfico das capitanias espelham as diferenças consubstanciadas naquele binômio.

---

(1) Para metodizar essas decorrências, devemos dividi-las em três:

a) As referentes ao Litoral Vicentino, que foram:

1) Miséria material e intelectual.

1) Despovoamento

b) As referentes ao Planalto, que foram:

1) Povoamento da região.

2) Isolamento completo.

3) Espírito próprio.

4) Apresamento e hostilidade Jesuítica.

c) As referentes ao Nordeste:

1) Riqueza material e intelectual.

2) Lusitanismo intenso e sempre renovado.

3) Guerras holandesas e paralização do tráfico africano.

4) Falta de mão de obra africana; Recurso ao ameríndio; Apresamento.

A estatística demográfica do Padre Anchieta, é a primeira que se conhece refletindo a substância do acima referido. Ei-la!

	<i>Branços</i>	<i>Indios</i>	<i>Africanos</i>
BAHIA . . . . .	12.000	8.000	3 a 4.000
PERNAMBUCO . . . . .	8.000	2.000	10.000
S VICENTE . . . . .	1.500	1.000	
RIO DE JANEIRO . . . . .	750	3.000	100
ESP. SANTO . . . . .	750	4.500	
PORTO SEGURO . . . . .	750		
ILHEUS . . . . .	750		
ITAMARACA' . . . . .	250		

Essa estatística prova que, já no quinhentismo, o Nordeste era 20 vezes mais povoado que S. Vicente.

A outra estatística que comprova a nossa asserção é a do "*Livro de toda a Fazenda*", de Falcão, que apresenta o orçamento da despesa do Brasil em 1607. Ei-la:

PERNAMBUCO . . . . .	12:528\$417
ITAMARACA' . . . . .	398\$660
PARAIBA . . . . .	2:255\$070
SERGIPE . . . . .	296\$000
RIO GRANDE . . . . .	2:255\$180
BAHIA . . . . .	19:732\$600
ESPIRITO SANTO . . . . .	353\$120
ILHEUS . . . . .	40\$000
PORTO SEGURO . . . . .	40\$000
RIO DE JANEIRO . . . . .	2:015\$000
S. VICENTE E SANTO AMARO . . . . .	1:467\$820
<hr/>	
TOTAL . . . . .	42:351\$867

Isso mostra que a capitania vicentina era 3% do total.

Essas estatísticas foram comprovadas por outras que demonstra o quanto cada Capitania, foi em 1662, taxada, para o pagamento do dote da infanta D. Catarina. Ei-la: (segundo Capistrano de Abreu, "Ensaio", 2.<sup>a</sup> série, 138).

BAHIA .....	70.000	cruzados	anuais
PERNAMBUCO			
ITAMARACA' .....	30.000	"	"
PARAIBA .....			
RIO DE JANEIRO	26.000	"	"
S. VICENTE .....	4.000	"	"
IHEUS			
PORTO SEGURO ..		quebras	

---

TOTAL .... 130.000 cruzados

O reflexo dessa situação econômica do Nordeste e de S. Vicente, que remete a percestagem enunciada, a qual consistia na frova mais absoluta da conclusão acima, é a posição dessas duas regiões brasileiras nas estatísticas mais antigas sobre o Brasil. Por essas estatísticas evidenciadoras do estado social, demográfico e econômico, etc., das várias regiões brasileiras, verifica-se que a Capitania vicentina era vinte vezes inferior ao Nordeste, e, apenas 3% do total do Brasil. (2)

(2) A consequência mais importante do resultado dessa primeira batalha do açúcar, foi ter obrigado, imperiosamente, muitos moradores do litoral vicentino a irem colonizar o Planalto. A fundação de S. Paulo, e, mesmo a elevação de Sto. André à categoria de vila, teve lugar logo depois da decisão da primeira batalha do açúcar. Não é sintomática essa coincidência?

Sim, porque para que esses moradores do litoral se transplantassem para o Planalto, enfrentando a bravia travessia da serra marítima é que eles deveriam ter a os obrigar a isso uma causa imperiosa.

Os moradores das outras Capitânicas, não tendo essa causa a os obrigar a se internar, continuaram a "arranhar o litoral", como, em 1627, nos disse Frei Vicente.

Na Bahia, não povoaram além do Recôncavo. No Nordeste, não povoaram além da estreita faixa litorânea.

Não seria de se esperar que ao menos fosse colonizado o Baixo S. Francisco?

Onde não havia obstáculo sério, o morador não avançou! Foi avançar apenas, onde havia o impecilho gigante da serra marítima!

Não é curioso?



## CAPÍTULO V

### GUERRAS HOLANDEASAS

A consequência mais evidente dessa situação, está em que foi o Nordeste e não qualquer outra região brasileira, que atraiu a gula flamenga. Por que?

Sôbre isso não pode haver a mínima dúvida. A Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1621, por capitalistas holandeses, que visavam a remuneração imediata de seus capitais, são iria escolher para alvo de seus ataques uma região pobre, que não remunerasse de pronto o dinheiro empastado na emprêza. Foi asssim que, o simples fato dos esper-tos judeus holandeses terem escolhido a Bahia e Pernambuco para desferirem seus assaltos conquistadores, confirma a situação excepcional da região açucareira do Nordeste e justifica os opulentos traços descritivos de Gilberto Freyre, referentes à sociedade patriarcal e admiravelmente rica, localizada nas brilhantes margens do Capiberibe.

## CAPÍTULO VI

### O APRESAMENTO

O Nordeste, apesar de vencedor na primeira batalha do açúcar, exerceu uma poderosíssima e decisiva influência na Capitania vicentina, a orientando obrigadamente nas sendas políticas, sociais, étnicas, econômicas, etc., que ela trilhou, de modo que, os quadros que esta capitania exibiu na sua História aparente, são meras manifestações exteriores de fenômenos inacessíveis, ocultos e de causas recessivas, que o historiador, verdadeiramente digno dêsse título deve descobrir. *Alguém já teve olhos para isso?*

Algum curioso, a respeito do passado paulista já foi syndicar a influência absoluta, decisiva e dominadora dêsse Nordeste vitorioso, na derrotada capitania vicentina? E se não foi, por que?

Entretanto, êsse Nordeste, com sua atividade política, social e econômica, exerceu uma manifesta, visível influência na Capitania vicentina.

Vejamos:

Para produzir açúcar, o Nordeste tinha precisão de vários elementos. Um deles, que faltasse ou fosse diminuído, a produção não se faria ou seria minguada. Vejamos a equação algébrica acima erferida, aplicada à produção do açúcar, nêsse opulento Nordeste.

$$\text{Produção} = T (\text{Ecologia}) + M (\text{Mão de Obra}) + C (\text{Capital}) + t (\text{transporte}) + c (\text{consumo})$$

*Ecologia* — O Nordeste dispunha, em condições magníficas, com o seu solo e o seu clima.

*Capital* — O Nordeste possuía em larga escala, graças às inversões metropolitanas.

*Transportes* — O Nordeste também possuía abundante, com sua potamográfica vertente do Atlântico e com os galeões e urcas que, em quantidade, levavam lentamente para a Metrópole a preciosa carga.

*Consumo* — O Nordeste dispunha de imenso, pois Portugal tinha o monopólio da produção. A população da Europa era subsidiária da produção açucareira do Nordeste.

Só nos resta analisar, como o Nordeste conseguiria a *Mão de Obra* para produzir açúcar. Como o Nordeste exportava, na primeira metade do seicentismo, cêrca de 2.500.000 arrobas de açúcar, temos que, isso de acôrdo com o que ensina Simonsen, na sua "*História Econômica*" de que cada escravo em média fabricava 60 arrobas, êsse Nordeste exigiria cerca de 41.500 escravos. Com os escravos precisos para os serviços domésticos, etc., êsse total sobe a 60.000. Como o desgaste médio do escravo era de 5 anos, temos que

o Nordeste, com império, exigia anualmente um contingente de 12.000 escravos. Onde o Nordeste poderia os encontrar?

Só em 3 fontes principais seria possível:

- a) Na África
- b) No próprio Nordeste
- c) Na Capitania vicentina.

Dessas três fontes de abastecimento, a da África era insuficiente, pois só fornecia 4.000 escravos anualmente, segundo Simonsen, citando Varnhagem.

A África, pois, só podia abastecer o Nordeste, em um terço das suas precisões em Mão de Obra.

E' que a mercadoria africana era cara, pois, segundo Simonsen, de cinco a dez vezes mais valiosa que a americana. No próprio Nordeste, o abastecimento teria sido diminuto, porque aí não houve apresamento, além de que as condições eram tôdas contrárias à busca de mão de obra. Não sabemos se o Nordeste incorporou pacificamente a mão de obra indígena do seu próprio solo. Calculando que, por êsse método, ainda por ser pesquisado pelos estudiosos nordestinos, a região açucareira tenha conseguido o abastecimento de 4.000 indivíduos por ano, restaria à atividade agrícola-industrial mencionada, a precisão de cêrca de 4.000 braços por ano. Onde buscá-los?

Daí o bandeirismo apresador na Capitania vicentina, que, não tendo outra fonte de riqueza, esteve diante da imperiosa necessidade de apresar índios. Era a necessidade de "primo vivere" que obrigava ao apresamento.

Com êsse raciocínio lógico e claro, temos que o bandeirismo de apresamento, com duas das suas principais causas de ordem econômica perfeitamente salientadas e visíveis, não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos realizadores, mas um ato pre-determinado pela eco-

nomia da terra e pela economia alheia, as quais obrigavam aos vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados.

Com isso, se evidencia a natureza econômica da nossa grande epopéia!

Infelizmente, ainda ninguém procurou pesquisar nessa direção!

E' que, os que se referem ao bandeirismo, o fazem apenas repetindo o que está estafadamente sabido! Não se dão ao trabalho de realizar nenhuma pesquisa original e própria... Repetem o que os outros fizeram!

E' natural: não são profissionais e como meros curiosos, nunca viram um arquivo e não lhes sobra tempo para reflexão em assuntos pertinentes ao bandeirismo apresador e os seus espíritos estão engolfados em outros quadrantes da atividade humana. Com isso, a tarefa de esclarecer a magna epopéia ficaria unicamente afeita aos profissionais que, por dever de ofício, não cuidam de outros misteres e vivem junto à poeira dos arquivos ou encerrados em bibliotecas ou ainda debruçados em suas cátedras.

Por êsses bisonhos quererem dar palpites, é que ainda se fala em bandeirismo como se tivesse sido um rendilhado de absurdos "tabús", tecidos, em desconexo capítulo de aventuras inconcebíveis e incongruentes. E' preciso que se compreenda, porém, que se apresamento houve é porque havia causas a o determinar.

Ninguém sai de seus cômodos, suportando tóda sorte de agruras e de sacrifícios, arrostando todos os perigos imagináveis, unicameste por amor à aventura e ao heroísmo, correndo atrás do índio, combatendo o jesuita ou o castelhano!

Seria preciso que um motivo imperioso e de força irresistível tivesse lugar, impulsionando às atividades vicentinas. Que motivo seria êsse? A busca de braços para suas lavouras? Não seriam suficientes essas minguadas lavouras para absorver todos os índios apresados.

Sim, porque se essas lavouras eram pequenas, mais uma jardinagem no planalto piratiningano e no litoral, como concluíram pesquisas originais, sob minha direção, de Gerson Costa e Eli Picolo, publicadas no Boletim n.º 42 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Elas não exigiriam, para sua manutenção, da centena de milhares de índios apresados.

Para que tantos apresamentos?

Essas pesquisas, mencionadas acima, em vários milhares de inventários publicados, nos ensinaram que no Planalto não ficaram essas centenas de milhares de índios apresados. Se não ficaram aqui, para onde teriam ido? É claro, a resposta não pode ser outra! Foram exportados. Era uma exportação, a única que só podia ser feita pelo Planalto piratiningano, porque o escravo, se locomovendo por si, varava a barreira da Serra do Mar, muralha que se antepunha entre o Planalto e o litoral.

Mercadoria nenhuma poderia ser reexportada através desse antolho natural, tão adusto e bravo era êle.

O Padre Simão de Vasconcellos nô-lo descreve, em 1663, na sua "*Crônica da Companhia de Jesus*". Além disso, que gênero de produção o Planalto poderia levar a efeito? Os de clima quente, o Norte os produzia e exportava para a Metrópole, que os consumia e distribuía. O Planalto, muito mais distante de Portugal, tendo a percorrer os seus produtos de exportação um caminho muito mais difícil para chegar ao consumo, não poderia fazer concorrência a êsse Norte, tão favorecido pela posição geográfica. Êsses, não seriam possíveis ao Planalto! O Planalto não poderia concorrer com o afortunado Nordeste, muito mais próximo e mais favorecido por todos os recursos.

Os produtos de regiões de clima frio, que tal era o do Planalto, a Metrópole já os tinha, porque poderia os produzir vantajosamente. Também destes, a produção planaltina estaria vedada.

Assim, a única mercadoria que poderia ser produzida pelo Planalto, era o escravo e a única maneira de o produzir

era o apresar. *Dai, o apresamento*, que teve como base única a necessidade econômica e jamais um ânimo aventureiro qualquer. Por outro lado, a única região brasileira a poder realizar o apresamento, era o Planalto piratiningano, por vários motivos:

1.º) *A sua localização avançada no sertão*, já transposta a barreira da Serra marítima, no extremo sul da América portuguesa. Não fosse isso, a avançada do apresamento teria sido impossível como o foi no Rio de Janeiro ou em outro ponto qualquer do litoral.

2.º) *O domínio espanhol*, tendo suprimido as fronteiras e facilitado a *penetração*. Caso contrário, não teria sido possível a penetração, sim, porque se houvessem fronteiras, os espanhóis as teriam defendido, como aconteceu depois.

3.º) *O estabelecimento no Planalto de um grupo humano super-selecionado naturalmente*. Quem teria podido realizar o apresamento se não fosse a gente super selecionada? Caso o elemento humano não tivesse sido muito bom, a penetração não teria tido lugar.

4.º) *A fixação, em região próxima ao Planalto das províncias do imenso império jesuítico*. Onde encontrar índios a apresar se não aí? Índios selvagens não seriam bons elementos para a indústria agrícola do Nordeste açucareiro!

5.º) *O Nordeste açucareiro ter precisado de mão de obra*. Caso contrário, não teria havido o apresamento. Sim, porque caso não houvesse consumo, não teria sido necessária a produção. Dai o apresamento ter havido, porque havia necessidade.

6.º) *Não ter sido possível ao Planalto qualquer outra fonte de riqueza ou exportação*. Caso o Planalto tivesse qualquer outra fonte de riqueza, não a iria abandonar pelo apresamento. É comum o conhecimento de que uma natureza de atividade elimina outras que sejam menos rendosas.

*Dai, o apresamento ter sido no Planalto*, onde não havia outra atividade que absorvesse, pelos rendimentos proporcionados, a totalidade da população.

Uma dessas causas que faltasse, ou tivesse sido em menor proporção, o apresamento não teria tido lugar no Planalto piratiningano, ou teria sido em escala muito menor.

Por isso é que chegamos ao paradoxo de haverem os reverendos da Companhia tomado parte inconsciente na nossa indústria bélica do apresamento.

Sim, porque sem êles o apresamento não teria existido ou teria tido muito menor vulto, se realizando apenas com índios selvagens. Não forneceram êles, os jesuitas, produto semi-manufaturado, já reunido nas reduções e semi-civilizado, para a indústria bélica das viagens paulistas? Não amansavam êles os índios que os paulistas iam apresar? Não eram êles, os jesuitas, que lapidavam e aprimoravam a matéria prima indígena da qual se serviam os paulistas como única mercadoria de sua exportação?

Logo, êles foram parte na indústria! Suprimamo-los e a indústria não teria existido ou teria sido muito mais resumida e diferente.

x x x

Quanto teria essa indústria bélica rendido? Vejamos: *Apresamento quinhentista*, a 350, mais ou menos, por ano: 35.000 escravos.

(O Nordeste possuiria então, 34.000 escravos, sendo precisos, para serem renovados, uma importação de 3.400 indivíduos por ano, dos quais 10% deveriam ter sido importados do Planalto).

*Apresamento no seiscentismo*, no período de liberdade do tráfico africano (76) anos): 110.960 escravos.

*Apresamento seiscentista*, no tempo em que os flamengos dificultavam o tráfico afro-americano (24 anos) : 125.750 escravos.

*Apresamento setescentista* (cálculo subjetivo): 20.000 escravos.

*Total presumível da exportação de escravos ameríndios*, tendo em conta as necessidades e as possibilidades do Nordeste: 291.720.

x x x

A êsse total exportado, presumível, deve-se acrescentar o total dos índios precisos para a manutenção da lavoura planaltina e dos demais serviços urbanos e rurais do Planalto, coisa diminuta, em razão da fraquíssima população planaltina e das proporções mínimas da lavoura piratiningana.

Calculo que o Planalto teve os seguintes elementos apresados, ocupados no seu território:

escravos apresados no quinhentismo, . . . . .	3.000 <sup>(1)</sup>
escravos apresados no seiscentismo . . . . .	10.000 <sup>(2)</sup>

Para manter êsses totais em nível, eu penso que, dada a natureza dos trabalhos a que estavam obrigados, seria necessário renová-los em caad vinte anos, com o que temos que seria preciso um apresamento de 150 ameríndios por ano, no quinhentismo e um apresamento de 500 ameríndios por ano, no seiscentismo. Daí, temos que o Planalto teria absorvido os seguintes totais de ameríndios apresados:

no quinhentismo . . . . .	15.000
no seiscentismo . . . . .	50.000

---

(1) O número relativo ao total de escravos no quinhentismo, não deveria ter sido muito diferente, porque no início do seiscentismo, a população total do Planalto teria sido de 8.000 habitantes, incluindo o índio de serviço. No século anterior, teria sido o total de 4.000, dos quais 3.000 teriam sido ameríndios. (Ellis, tese de concurso, Boletim n.º IX, da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras).

(2) O total de índios de serviço, no seiscentismo, também seria assim bem calculado, pois a população total planaltina, em fins do século XVII, não deveria ir além de 15.000. Atribuindo que, desse total, um terço fosse livre, crioulos e reinóis, e dois terços indígenas, ou, que cada homem livre, tivesse 2 escravos em média, temos o total de peças atingindo os 10.000.

Esse total, que é pouco maior de que o total apresentado por Simonson na sua "História Económica" se, convertido em dinheiro, daria cerca de £ 2.000.000 ou cerca de Cr.\$ 250.000.000,00, quantia insignificante para nós, mas que crescerá enormemente se o valor aquisitivo desse total for distribuído "per capita", pela população planaltina de então, a qual era mínima, como se sabe.

Vejamos: 250.000.000,00 de cruzellos, em um século, significa . . . . .  
2.500.000,00 de cruzellos por ano. Eu calculo a população planaltina em 8.000 almas, entrando nesse total os índios administrados e os dos corpos militares. Então, teríamos uma produção "per capita" de Cr.\$ 41,66, muito inferior a de hoje, que se eleva a cerca de Cr.\$ 2.500,00 por pessoa. Por isso, o nível de vida seiscentista, teria sido muito baixo, coisa confirmada pelos documentos, coisa que é facilissimo de verificar, com uma simples inspecção nos inventários da época.



Total de apresados absorvidos no Planalto . . . . .	65.000
Somado êsse resultado ao presumível da exportação, temos:	
	291.700
	65.000
	<hr/>
	356.720

Êsse teria sido o total aproximado dos apresados pela indústria bélica paulista. Simonsen calcula em mais de . . . . . 300.000 índios os apresados, total êsse que é pouco inferior ao que calculei.

## CAPÍTULO VII

### O DECLÍNIO DO BANDEIRANTISMO . . . .

Mas essa situação de relativa euforia econômica só deveria ter tido lugar na primeira metade do século XVII, pois logo em 1641, os elementos lusitanos e apaziguadores, se aproveitando de estar no sertão tôda a população masculina de Piratininga, fizeram o Planalto se atrelar ao carro português, contrariando visceralmente seus interesses econômicos. De fato, com a aclamação de D. João IV, o Planalto perdia as facilidades que tinha, em penetrar pelo território hispano-americano, onde estava situadas as reduções jesuíticas.

Fronteiras foram erguidas com aquele ato desastrado dos lusitanófilos planaltinos. A região, assim, teve dificultado o acesso às fontes abastecedoras de matéria prima para a indústria bélica paulista que, com isso, iniciava o seu declínio com a *Restauração Portuguesa*.

Concomitantemente com essa causa diáfana, temos que, as províncias jesuíticas destruídas, iam diminuindo os centros abastecedores da indústria bélica de apresamento, e os fazendo mais distantes do Planalto.

As reduções ainda restantes, iam ficando cada vez mais distantes, tornando o apresamento anti-econômico. Em 1650, os paulistas estavam longe da situação inicial, de ter diante de si o abundante celeiro do Guayrá, perto de S. Paulo, quando uma presa tentadora de 200.000 índios, semi-civilizados, se situavam em território ao alcance fácil da gente de São Paulo.

Ao lado dessas duas causas, em 1654, se dava a restauração do Nordeste, e, com a expulsão do flamengo, se dava a recuperação da liberdade lusa da navegação com a África, e daí, a importação de africanos. Com êsse evento, contrário aos interêsses paulistanos, perdiam os bandeirantes apresadores, o monopólio do fornecimento de braços ao Nordeste. Isso é de tal evidência que dispensa qualquer comentário!

Daí a indiferença do Planalto pela *Restauração do Nordeste*, coisa que, verdadeiramente estranha, já havia sido notada pelo egrégio mestre Prof. Taunay, na sua "*Hist. Sciscentista da Villa de S. Paulo*".

Ao par dessas 3 causas, ainda havia uma quarta que é a do declínio da produção açucareira do Nordeste, duramente atingida pelo resultado infeliz para o Nordeste da segunda batalha do açúcar, que, graças ao nacionalismo de Cromwell e de Colbert, dera a vitória às Antilhas anglo-hispano-holandesas. Essa batalha, fez diminuir a procura de braços no Nordeste e o Planalto foi sofrer as consequências disso, na sua indústria de apresamento. A procura de braços indígenas, com isso, tinha que diminuir.<sup>(1)</sup>

x x x

(1) Até o termo da primeira metade do século, o Nordeste era fornecedor de açúcar para todo o mundo civilizado, mas Cromwell na Inglaterra e Colbert na França, iniciaram a política nacionalista chamada "estadismo". Com isso, essas países passaram a só consumir produtos das respectivas colônias, que realizaram e desenvolveram as suas plantações de cana, as suas indústrias açucareiras, que passaram a ter os mercados de consumo que até então tinha sido monopolizados pelo Nordeste.

Este, com seus mercados desfalcados, teve que restringir muito a produção, para que essa não se desequilibrasse do consumo.

Assim, sintetizando o assunto, o bandeirismo de apresamento entrou em declínio pelas seguintes causas:

- 1.º) Restauração portuguesa.
- 2.º) Extinção da atividade jesuítica nas proximidades do Planalto.
- 3.º) Restauração nordestina e fim do monopólio fornecedor de escravos.
- 4.º) Declínio da lavoura açucareira, afetada pela segunda batalha do açúcar, na segunda metade do seiscentismo.

Como vimos, o bandeirismo de prêa, que teve vigência dominadora e exclusiva na primeira metade do seiscentismo, foi um fenômeno essencialmente econômico e nada teve de português, nem de aventura ou de idealismo. Pelo contrário, foi um fenômeno essencialmente nacional, ou crioulo, e absolutamente de fundo econômico. Durante meio século, no seiscentismo, só achamos bandeiras de prêa; esta foi a única atividade do morador do Planalto. As buscas mineralíferas, só tiveram lugar depois.

## CAPÍTULO VIII

### OUTRAS FORMAS DE BANDEIRISMO

Com o declínio do apresamento, outras formas de bandeirismo se fizeram sentir, em razão de ocupar a atividade planaltina, a qual era incoercível.

Seria preciso que o planaltino, uma vez que o apresamento já declinava acentuadamente como fonte de renda, arranjasse outra fonte de renda. Esta foi outras formas de bandeirismo.

Não é possível confundir ou misturar essas formas de bandeirismo, com o apresamento. Foram visceralmente dife-

rentes, sob todos os pontos de vista. Entretanto, a palavra “bandeirismo” faz com que tudo surja sem a separação, que se faz mister imperioso. Mesmo as pessoas tidas como esclarecidas e que escreveram sobre o mesmo, militam em horri-vel confusão e intoxicam os incautos, que não estão ao par das minúcias dêsse capítulo da História planaltina.

Foi assim que, com o declínio do apresamento, surgiu o bandeirismo colonizador (1). Esse, não foi militar e mera consequência da diminuição do apresamento.

Normano está errado e Oliveira Vianna acertou, ao apreciar essa forma de bandeirismo. Eram famílias, que com o volume de seus séquitos, tendo à frente um patriarca, iam se afazendar em região longinqua do Planalto, aí se dedicando às atividades várias de povoamento colonizador e de pastorêio. Assim foram os Dias Velho, os Brito Peixoto, os Moraes Navarro, os Mathias Cardoso, os Jorge Velho, etc.

Nunca mais volveriam ao Planalto do qual se haviam definitivamente segregado. Eram massas humanas que iam com suas famílias povoar outras terras, mais ou menos distantes.

Foram dêsse tipo os seguintes patriarcas:

*Francisco Dias Velho* — Colonizador de Sta. Catarina e fundador de Destêrro.

*Brito Peixoto e Filhos* — Colonizadores de Sta. Catarina e fundadores de Laguna.

*Gabriel de Lara* — Colonizador do Paraná.

*Nuno Bicudo de Mendonça* — Colonizador do Paraná e fundador de Curitiba.

---

(1) Sim, porque uma vez que havia sido estancada a fonte de renda planaltina, seria preciso que os habitantes da região apelassem para outro meio que lhes outorgasse recursos.

Como iriam os planaltinos suprir suas necessidades de grupo humano civilizado? O ouro só foi descoberto no fim do século!

Os planaltinos, pois, tiveram que recorrer a outras atividades. Uma delas, foi a expansão colonizadora. Vemos, assim, que esta não foi senão consequência do declínio do apresamento. Tivesse êste continuado até o fim do seiscentismo, no mesmo diapasão em que teve lugar na primeira metade do século XVII, a evolução histórica teria sido muito diferente!

Por isso, o seguinte quadro esquemático, a respeito do bandeirismo poderá servir:

*Jacques Felix* — Fundador de Taubaté.

*Domingos Leme* — Fundador de Guaratinguetá.

*Matias Cardoso de Almeida* — Colonizador do Rio São Francisco e do Rio Grande do Norte.

*Estevão Bayão* — *Maciel Parente* — *Braz Arzam* — Colonizadores do sertão baiano.

*Francisco Siqueira* — *Domingos Jorge* — Colonizadores do Piauí.

## CAPÍTULO IX

### O BANDEIRISMO PESQUISADOR

Concomitantemente com a forma de bandeirismo colonizador, desenvolveu-se outra e inconfundível, perfeitamente destacada dela, com seus contornos absolutamente próprios! Foi o bandeirismo “*pesquisador*”. Não militar como o colonizador. O bandeirismo pesquisador foi impulsionado pela voracidade gulosa de Portugal que, por meio das famosas cartas autógrafas, incitava os lusitanófilos planaltinos à penetração no sertão, em buscas mineralógicas.

A base mais sólida dessa forma de bandeirismo foi o alvará de 18 de Março de 1664, pelo qual Afonso VI de Portugal garantia a propriedade das minas que fossem descobertas, aos seus descobridores.

Essa forma de bandeirismo empregou a *entrada* e não a “bandeira” que se destacava daquela, pelo fato de que esta era um grande corpo militar de homens armados em ofensiva, para o fito de apresar escravos índios, enquanto que a “*entrada*” era um pequeno corpo de homens, uns 50 mais ou menos, manejando o aluvião e a bateia em vez do arcabuz que excepcionalmente os armava, em defensiva, com o fito de descobrir as riquezas mineralógicas.

BANDEIRISMO

Causas	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Causas humanas ou subjetivas.</li> <li>b) Causas externas consubstanciadas na cobiça portuguesa, incitando o ardor paulista.</li> <li>c) Causas econômicas</li> <li>d) Causas geográficas</li> <li>e) Causas demográficas — as quais são aplicáveis unicamente para o ciclo povoador</li> </ul>						
Fatos característicos do bandeirismo	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 30%; vertical-align: top;">Defensiva Século XVI</td> <td style="vertical-align: top;">Apresamento em torno de Sto. André e S. Paulo. — Defesa do litoral vicentino contra os piratas franceses, ingleses e holandeses</td> </tr> <tr> <td style="vertical-align: top;">Pesquisas do ouro e mineração</td> <td style="vertical-align: top;">Ouro em torno de vila paulistânica, no século XVI. — Pesquisas sobre o mesmo ao longo de incursões — Ouro nas Gerais, em Goiás, Paraná, Bahia e Mato rosso, no século XVII.</td> </tr> <tr> <td style="vertical-align: top;">Ofensiva Século XVII</td> <td style="vertical-align: top;"> <p>Luta de apresamento de índios das reduções contra os jesuítas, na primeira metade do século XVII. — Apresamento dos índios selvagens na 2.ª metade do século XVII.</p> <p>Exped. de aux. à Bahia 1624-25. Exped. de aux. ao Conde da Torre em 1639-40. — Exped. de aux. à Bahia em 1647. — Exped. de Barbosa Calbelros, Domingos Jorge. — Exped. de Estevam Ribeiro Bayão. — Exped. Matias Cardoso. — Colonização dos Brito Peixoto. — Colonização de Ilus Velha</p> </td> </tr> </table>	Defensiva Século XVI	Apresamento em torno de Sto. André e S. Paulo. — Defesa do litoral vicentino contra os piratas franceses, ingleses e holandeses	Pesquisas do ouro e mineração	Ouro em torno de vila paulistânica, no século XVI. — Pesquisas sobre o mesmo ao longo de incursões — Ouro nas Gerais, em Goiás, Paraná, Bahia e Mato rosso, no século XVII.	Ofensiva Século XVII	<p>Luta de apresamento de índios das reduções contra os jesuítas, na primeira metade do século XVII. — Apresamento dos índios selvagens na 2.ª metade do século XVII.</p> <p>Exped. de aux. à Bahia 1624-25. Exped. de aux. ao Conde da Torre em 1639-40. — Exped. de aux. à Bahia em 1647. — Exped. de Barbosa Calbelros, Domingos Jorge. — Exped. de Estevam Ribeiro Bayão. — Exped. Matias Cardoso. — Colonização dos Brito Peixoto. — Colonização de Ilus Velha</p>
Defensiva Século XVI	Apresamento em torno de Sto. André e S. Paulo. — Defesa do litoral vicentino contra os piratas franceses, ingleses e holandeses						
Pesquisas do ouro e mineração	Ouro em torno de vila paulistânica, no século XVI. — Pesquisas sobre o mesmo ao longo de incursões — Ouro nas Gerais, em Goiás, Paraná, Bahia e Mato rosso, no século XVII.						
Ofensiva Século XVII	<p>Luta de apresamento de índios das reduções contra os jesuítas, na primeira metade do século XVII. — Apresamento dos índios selvagens na 2.ª metade do século XVII.</p> <p>Exped. de aux. à Bahia 1624-25. Exped. de aux. ao Conde da Torre em 1639-40. — Exped. de aux. à Bahia em 1647. — Exped. de Barbosa Calbelros, Domingos Jorge. — Exped. de Estevam Ribeiro Bayão. — Exped. Matias Cardoso. — Colonização dos Brito Peixoto. — Colonização de Ilus Velha</p>						
Consequências	<p>Povoamento { Criação de gado. — Mineração</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Alargamento das fronteiras luso-americano-brasileiras, com a expulsão dos espanhóis de grande parte da América do Sul.</li> <li>b) Criação e manutenção de uma fonte de renda aos planaltinos.</li> <li>c) Despovoamento do índio e povoamento do europeu em largas extensões na América.</li> <li>d) Mestiçagem intensa entre índios e europeus, no sentido de americanizar a gente planaltina.</li> <li>e) Devassamento dos territórios sul-americanos.</li> <li>f) Enriquecimento dos mineradores, de Portugal e da Inglaterra, pelo tratado de Methuen, o qual promoveu a era da máquina, com a ruína da indústria francesa e a Revolução Francesa.</li> <li>g) Perda da independência de fato do Planalto.</li> <li>h) Povoamento do Brasil, pela atração da imigração em massa.</li> <li>i) Fornecimento de braços à lavoura de açúcar do Nordeste.</li> </ul>						

Quadro referente a classificação do bandeirismo.

As “entradas”, embora muitas particulares, eram em maioria oficiais, enquanto que as “bandeiras”, eram sempre particulares. Enquanto que as entradas, em sua maioria, tiveram lugar no Norte, as “bandeiras” só tiveram existência no Planalto.

## CAPÍTULO X

### O BANDEIRISMO SEDENTÁRIO E MINERADOR

Descoberto o ouro, o bandeirismo tomou um aspecto completamente diferente. Deixou de ser dinâmico, para ser pacífico, estático, sedentário e povoador. Eis as lavras em que os paulistas bandeirantes se fixaram, com mulheres e crianças, povoando os sertões.

Esta forma de bandeirismo, como o anterior, o “pesquisador”, se passou, em grande parte, em terras extra-Tordezilhas.

O bandeirismo estático e minerador, empregou não a *bandeira caçadora* do apresador, não a *bandeira povoadora* do colonizador, não a *Entrada* do pesquisador, mas a “*Monção*”, que era uma grande massa de gente, homens, mulheres, crianças, velhos, etc., que, povoadora como a já referida, se locomovia como em comboios, pela via fluvial, com data e itinerários certos, para os pontos de fixação junto às lavras, povoando largas zonas em tôrno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas.

Foram essas, as levas que colonizaram os pontos descobertos pela forma anterior de bandeirismo e fizeram recuar o Meridiano para os sopés andinos.

Graças a êle, Goiaz e Mato Grosso hoje são do Brasil. Assim, quase tôda a ação dessa forma de bandeirismo se deu em regiões de além Meridiano, mas, Minas Gerais foi povoada por ela e Minas Gerais está aquém da linha meridiana.

## O BANDEIRISMO E TORDESILHAS

Mas não foi apenas a mineração, a forma do bandeirismo que teve lugar em terras de propriedade espanhola e não foi a ela unicamente que ficamos devendo o Recúo do Meridiano.

O Bandeirismo "*Apresador*" também agiu em terras espanholas e também a êle devemos as nossas fronteiras, bem como o fato de não sermos paraguaios.

Foi êle que, conquistando Guairá e, violentamente apressando os índios e destruindo as reduções jesuíticas do Paraná, impediu a "*vis propulsiva*" do Paraguai espanhol e jesuita, de chegar ao Atlântico, em Paranaguá.

Suprimamo-lo, e os jesuitas teriam cortado as nossas ligações com o sul e os três Estados do nosso extremo sulino, teriam feito parte de um Paraguai gigantesco, dentro do vice-reinado espanhol do Prata.

Pergunta-se: S. Paulo teria resistido à expansão jesuítica espanhola, vitoriosa no Paraná?

E' preciso se lembrar que o Planalto contava apenas com uma população de 6.000 habitantes, incluindo os ameríndios de serviço, enquanto que só as províncias jesuíticas, tinham mais de um milhão de índios.

O jesuita só pôde ser vencido graças ao Bandeirismo Apresador e êste foi a única forma de bandeirismo que se opôs ao jesuita. As demais, só vieram depois, quando os jesuitas viviam bem com os paulistas. Mas não foi fora do territorio tordesilhano, onde mais se fez sentir a eficiência do bandeirismo apresador, pois se, é certo que o Brasil muito deve a êle, na conquista de suas fronteiras sulinas e nas de sudoeste, que foram recuadas, bem como na defesa de seu patrimônio paulista e fluminense, muitíssimo mais deve, pelo seu Nordeste, pois, se não fosse êle, êsse mal-sinado



bandeirismo apresador, a indústria agrícola não teria podido existir e se desenvolver. E' claro!

Quem iria fabricar o açúcar? Isso quer dizer que, sem êle, não teria havido Brasil. Ainda ninguem viu isso, pois o recúo do Meridiano e o afastamento das fronteiras, embebeda todos os que cuidam de bandeirismo!

Sem êle, não teríamos produção de açúcar, e, por conseguinte, não haveria Brasil.

Pode-se, pois, repetir, em relação ao Bandeirismo, as palavras de Churchill:

— “Nunca na História do Brasil, tantos deveram tanto a tão poucos”.

## PARTE II

### CAPITULO I

#### A PRIMEIRA BATALHA DO AÇÚCAR

Vimos como a Capitania vicentina perdeu a primeira batalha do açúcar em favor do Nordeste pernambucano e bahiano. A distância e a situação geográfica de cada núcleo colonial português, em relação à Metrópole consumidora e distribuidora, foi, a meu vêr, o elemento decisivo nessa primeira batalha do açúcar.

A distância que separa S. Vicente de Lisboa é, em linha reta, cerca de 1.500 quilômetros mais longa do que a que se faz intermédio entre o Nordeste e Lisboa. Isso quer dizer um mês de viagem marítima à vela, se calcularmos a marcha média de um veleiro da época em 2 quilômetros por hora, ou seja 50 quilômetros por dia. Hoje, com a rápida navegação a vapor essa distância é vencida em sete dias. Além disso, a navegação vicentina era mais difícil pois tinha que vencer a corrente marítima Sul-Equatorial, que vinha até ao Cabo Frio.

Graças a essa velocidade, cada navio de hoje pode realizar 15 viagens por ano, do Nordeste a Lisboa, enquanto que os veleiros quinhentistas não podiam efetuar mais de 3 viagens anuais. O capital empatado se faz remunerar mais 5 vezes do que outrora.

Cada navio da época tinha uma rapacidade de cerca de 200 toneladas, enquanto que cada cargueiro de hoje pode carregar 7 a 8 a 9.000 toneladas, isto é, 120 a 150.000 sacas de 60 quilos, portanto, uma capacidade 40 vezes maior.

Isso tudo, mais o coeficiente de segurança, foram os determinantes fatais de haver a capitania vicentina militado na derrota, diante do Nordeste, a quem a situação geográfica favorecia.

Sim, porque a mercadoria vicentina não poderia concorrer, isto é, ser vendida por menor preço, em Lisboa, do que a sua congênere nordestina, porque esta levava uma enorme vantagem no frete marítimo. Este, como dissemos, era caríssimo, pois representava cerca de 20% do valor da mercadoria, apud Simonsen, "História Econômica", I, 167.

Enquanto isso, hoje o frete de Santos a Lisboa absorve apenas 3% do valor da mercadoria.

Do resultado desse prélio econômico saíram as linhas básicas de toda a história do país. Sim, porque se o Nordeste afortunado, foi rico, povoado, poderoso, culto, oferecendo amplas condições de conforto e de luxo mesmo à sua opulenta população, e se a Capitania vicentina foi relegada à pobreza, à despovoação, à falta de cultura, não comportando senão rude desconforto e falta de recursos à sua minguada população, mais constituída de "*desperados*" aventureiros, a "causa mater" foi o fato de haver o Nordeste suplantado São Vicente, na lide do açúcar e constituído com o fabrico desse precioso produto, uma riqueza econômica sem paralelos na América portuguesa.

Graças a essa riqueza, o Nordeste se constituiu como um grande centro de civilização, grandemente atraidor de imigração colonizadora, grandemente atraidor de conforto, luxo e cultura intelectual que brilhava em soberbas manifestações artísticas, científicas e literárias, e grandemente atraidor das atenções carinhosas da Metrópole portuguesa, que concomitantemente relegou as suas colônias restantes e deficitárias ao desprezo, ao olvido e ao desprestígio. Pode-se resumir tudo em dizer que o Brasil era apenas o Nordeste, pois só essa região era povoada e tinha meios de vida e por isso se mantinha na primeira plana da civilização. O resto da América portuguesa estava abandonada à barbaria

de uns poucos aventureiros e desgarrados portugueses, que amestiçavam a indiada, junto a quem viviam.

E nem se diga que não seria natural êsse procedimento da Metrópole.

Esquemáticamente, pode-se alinhar as seguintes conseqüências da riqueza açucareira:

a) ocupação pelos lusos-americanos de uma larga faixa litorânea no oriente sul-americano, com a agricultura da cana que enraiza e fixa o colono.

b) prodigioso enriquecimento das colônias nordestinas, graças ao monopólio açucareiro.

c) adensamento de grande atividade agrícola-industrial no Nordeste.

d) atração de grandes capitais lusos para o Nordeste, chamados pela própria prosperidade regional.

e) concentração de grandes massas imigratórias portuguesas, atraídas pela prosperidade econômica regional e açucareira.

f) concentração de grandes massas de ameríndios, quer escravos e comprados, quer ainda populações dessa estirpe, pacificamente absorvidas.

g) concentração de grandes massas de escravos africanos importados pelo elevadíssimo poder aquisitivo do nordestino.

h) grande índice de mestiçagem entre as três estirpes raciais, concentradas no Nordeste.

i) atração da cobiça das nações estrangeiras. O caso da Holanda é exemplar para isso.

j) possibilidade da formação de centros culturais regionais, perfeitamente distintos, com linhas próprias, modeladas pelas respectivas economias, como fundamento. As do Nordeste são estudadas por Gilberto Freyre, em "*Casa Grande e Senzala*".

k) repercussões sociais e econômicas nas capitanias do sul, como, por exemplo, com a importação de escravos índios de S. Vicente.

l) formação de uma aristocracia rural no Nordeste, a qual até hoje persiste em suas linhas mestras vestigiais, apud Gilberto Freyre, loc. cit.

m) formação e evolução de mercado espírito nacionalista no Nordeste, cousa comprovada com a guerra contra os holandeses, iniciada em 1645 e terminada em 1654, pela guerra dos mascates, contra os reinóis em 1710 e pelas revoluções de 1817 e de 1824.

n) fixação no Norte bahiano, durante dois séculos e meio, do eixo político e administrativo brasileiro.

o) eliminação no Nordeste de qualquer outra atividade que não dissesse respeito à indústria agrícola açucareira, isto é, determinação no Nordeste da monocultura e do latifúndio. Sim, porque se os nordestinos tinham uma fonte de atividade altamente lucrativa, não a iriam abandonar para se dedicar a qualquer outra.

p) formação no Nordeste de um nível de vida muito superior ao das demais colônias luso-brasileiras que ficaram no olvido, em situação apagadíssima.

q) estabelecimento de grande atividade comercial com a Metrópole, consumidora e distribuidora do açúcar nordestino. A exportação açucareira, determinando grande poder aquisitivo no Nordeste, imperiosamente fatalizava grande corrente importadora, cousa que não acontecia em relação às demais regiões.

r) aumento, no Nordeste, do índice de lusitanidade, tão em contraste com a situação das demais regiões brasileiras, em que preponderava o espírito "*crioulo-colonial*", com maior influência do índio.

Sim, porque o Nordeste tinha assíduo contacto econômico com a Metrópole, recebia desta o influxo, não só material, mas também espiritual, sentimental e moral.

Isso teria sido um dos maiores imperativos para que a região tivesse bem elevado o índice de lusitanidade. Corroborando com isso, o muito maior poder aquisitivo do Nordeste permitia que a cultura e com ela a influência reinol fossem sorvidas em quantidade, através das escolas, da literatura, etc. metropolitanas.

Mas o Nordeste, só por sí, sem auxílio de outras regiões, não poderia fabricar açúcar em quantidade. Sim, porque tôda e qualquer produção tem que se enquadrar, dosada pelo maior ou menor valor dos termos da equação da produção:

$$\text{Produção} = T + C + M \\ + t + c$$

T = ambiente geográfico e ambiente social

C = Capital

M = Mão de Obra

t = Transporte

c = Consumo.

Os valores desses termos variam em cada caso especial.

O Nordeste tinha, como é fácil imaginar, recursos para representar todos êsses termos acima, por algarismos elevados, menos o relativo à Mão de Obra que deveria importar de fora. Duas regiões, como já vimos, poderiam fornecer Mão de Obra à indústria açucareira:

a) *África portuguesa* — Mão de obra melhor e mais cara.

b) *Capitanias sulinas* — Mão de obra inferior e mais barata.

Muitos agricultores nordestinos compravam escravos africanos, mas muitos só podiam comprar ameríndios.

Foi assim, recorrendo à Mão de Obra, que poderia ser fornecida pelas Capitanias do Sul, entre as quais a Capitania de São Vicente, que o Nordeste associou à sua poderosa indústria agrícola do açúcar as demais regiões brasileiras.

São Vicente ia indiretamente participar da riqueza açucareira, fornecendo ao Nordeste a mão de obra que era imperiosa e decisiva para a produção açucareira e sem a qual o Nordeste jamais poderia alimentar prosperidade.

Foi disso que viveu a Capitania vicentina. Ela não tinha outra fonte de renda. Sabemos que todo agrupamento social civilizado precisa imperiosamente de meios econômicos, sem os quais desaparece.

Mas, uma vez determinado que o apresamento tinha de sair das capitanias sulinas, pergunta-se porque o apresamento teve lugar precisamente no Planalto de Piratininga. É que essa região, situada em serra acima, entrada no sertão, não ficava a grande distância de onde os jesuitas haviam estabelecido o seu "império". Do conjunto dessas duas circunstâncias sincronizadas e de outras subsidiárias menos importantes, tivemos o Bandeirismo apresador.

A Capitania vicentina se desdobra, logo na primeira metade do quinhentismo, em duas regiões perfeitamente distintas e nitidamente perfiladas:

- a) *O Litoral.*
- b) *O Planalto.*

Faculdade de Filosofia  
Ciências e Letras  
Biblioteca Central

Esta região, a cavaleiro da barreira serrana, se isolava hermeticamente do litoral. Se as comunicações, entre o Litoral e a Metrópole já eram quase nulas, não só devido à distância, à precariedade, à careza e pouca eficiência da navegação transportadora, mas, ainda, pela absoluta falta de regularidade da mesma e da sua desassistematização em linhas seguras e periódicas, por ausência de corrente exportadora e importadora; imagine-se o que não seriam as comunicações entre a Metrópole e o Planalto piratiningano! Já em plena segunda metade do seiscentismo, o jesuíta Simão de Vasconcelos assim descrevera a Serra de Paranapiacaba no seu livro "*Crônica da Companhia de Jesus*":

*“Não é caminhando que se faz a maior parte da viagem, é de rastros sobre as mãos e os pés, agarrando-se às raízes das árvores, em meio de*

*rochedos ponteagudos e de tão terríveis precipícios que eu tremia, devo confessá-lo quando olhava para baixo. A profundidade do vale é aterrorizante e o número de montanhas que se elevam, umas próximas das outras, faz quase perder toda esperança de chegar ao fim. Quando se acredita estar no cume de uma delas, chega-se ao sopé de outra mais alta ainda”.*

Vê-se que era uma barreira de difícilíssima transposição. Que comércio exportador ou importador teria sido possível através de um obstáculo destes?

Não seria possível a manutenção de qualquer corrente comercial com a travessia dêsse temeroso obstáculo e depois com a navegação à vela até a Metrópole. Eis que o meio geográfico modelou a única forma de economia que o Planalto devia ter. Sim, porque seria imperiosa uma fonte de renda qualquer derivada da exportação. Se o Planalto não a tivesse, não poderia se manter em civilização. Restava ao Planalto, encontrar uma mercadoria que se adaptasse a essa circunstância imutável.

Por uma casualidade verdadeiramente milagrosa, ocorreram essas outras condições que fizeram o Planalto encontrar essa mercadoria. Essa mercadoria era o escravo índio. Essa mercadoria podia transpor bem a muralha do Mar, isto é, a serra de Paranapiacaba, pois se locomovia por si e além dessa facilidade resolvidora do temeroso problema de transposição da terra, a mercadoria não precisava se transposta transatlanticamente, pois poderia ser consumida dêste lado do Atlântico.

Com o transporte assim resolvido, essa mercadoria poderia ser produzida pelo Planalto, mesmo porque a região resolvia bem a equação da Produção que acima é referida. E' que, como eu dizia, ocorreram para que essa produção tivesse lugar, condições tais que se engrenaram com a situação especial do Planalto, resultando daí o bandeirismo de apresamento, que teve lugar, em maior ou menor escala, na exata proporção com que essas condições foram vigentes.



Eis a causa do apresamento. Sem ela, não teria ele tido lugar.

Sim, porque se a necessidade de um produto não se faz sentir, a produção não se efetiva. Assim temos que, foi a necessidade de braços do Nordeste açucareiro que provocou o apresamento. Vê-se com clareza que, êste teve origem econômica.

## CAPÍTULO II

### OS JESUITAS E O APRESAMENTO

Foram os reverendos sacerdotes da Companhia que, situando à distância curta do Planalto, imensa massa de índios já amansados, cristianizados e semi-civilizados e portanto, de matéria prima já semi-manufaturada, determinaram o apresamento como fonte de atividade para a região.

Não tivessem os jesuitas assim agido, não teríamos tido o apresamento, por falta de matéria prima. Assim, não se pode dizer errada a paradoxal idéia de que os jesuitas colaboraram no apresamento, porque êles, inconscientemente reuniram e semi-manufaturaram a matéria prima ameríndiana, antes da sua ação, em estado bruto.

O índio selvagem e bravo, era disseminado por área vastíssima. Vivendo exclusivamente da caça, da coleta e da pesca, a população ameríndia era muito rala. Isso fazia com que a indústria do apresamento fosse anti-econômica, tendo de realizar um esforço colossal para a obtenção de um resultado muito pequeno. Mas o jesuita, com o estabelecimento de sua organização, tornou o problema do apresamento muito mais fácil e, civilizando o índio e fazendo com que êste tomasse contacto com o trabalho europeu, êle, o jesuita poupou imenso trabalho ao planaltino e fez com que o apresamento pudesse produzir uma mercadoria mais aprimorada. Foi assim que, êle, o jesuita, paradoxalmente, participou do apresamento. Não fosse a ação jesuítica no Guairá, no Uru-

guai, no Paraguai, etc., o apresamento teria de se realizar em condições muitíssimo mais difíceis e anti-econômicas e a mercadoria produzida pela indústria bélica do apresamento, teria sido muito mais grosseira. Eis como o apresamento foi tornado possível pela ação jesuítica. Estou convencido de que sem ela, êste apresamento teria sido impossível.

### CAPITULO III

## ISOLAMENTO E AUTARQUIA

Mas, êsse isolamento evidente, causado pela intransponibilidade da serra do Mar, o qual tornava o Planalto uma região geográfica impermeável e hermeticamente fechada para tôda sorte de influências externas, fez resultar consequências outras para a região piratiningana, muitas das quais precisamos revistar.<sup>(1)</sup>

Assim, isolado "*neste cabo do mundo*", na expressão do padre Fernão Cardim, o Planalto sem receber nada de fora, teve imperativamente que se suprir por sí.

Isto quer dizer, o Planalto se erigiu em autarquia a mais rigorosa.

Não conheço na História dos povos, como no cenário atual, nenhum exemplo de autarquia tão vincado como o do Planalto, nos dois primeiros séculos. Essa autarquia, derivada do absoluto e rigoroso isolamento era imperioso.

O isolamento foi não só causado pelas asperezas da serra do Mar, que tornava impossível o comércio, quer o de importação como o de exportação, como também pela falta absoluta de produção exportável. O Planalto nada produzia que pudesse concretizar comércio com qualquer região do mundo.

Eis que, produtos de clima frio, o Planalto não exportar, não poderia concorrer com os congêneres metropolita-

nos, mais favorecidos por não terem sôbre sí as imensas despesas do transporte marítimo. Assim, por exemplo, o trigo, a uva, etc. Os produtos tropicais, isto é, os de clima quente, o Planalto também não poderia exportar, porque o Nordeste os produzia por preços muito mais baixos, mesmo porque o Planalto não era tão quente. O caso do açúcar, entre o litoral vicentino e o Nordeste, já seria suficientemente ilustrativo.

No referente ao comércio de importação, igualmente o Planalto não poderia desenvolvê-lo, pela sua população, mínima em quantidade e mínima em poder aquisitivo (pois que não tinha fonte de riqueza).

Com isso, o Planalto nada importava.

Sem comércio, não só em razão da configuração áspera da Serra do Mar, mas também das circunstâncias acima apontadas, a região vicentina, sem ligação econômica com a Metrópole, desta não recebia influxo e daí o seu isolamento e a sua autarquia.

A imensa documentação, por mim analisada, principalmente os inventários publicados e os ainda inéditos no Arquivo do Estado que examinei graças à nímia gentileza do meu querido amigo Lellis Vieira, confirma de modo impressionante êsse raciocínio, porque provinha de configuração geográfica imutável e portanto irremovível. Até hoje as nossas comunicações com o litoral são precárias, apesar da técnica.

#### CAPÍTULO IV

### A POLICULTURA PLANALTINA

Mas, por sua vez essa consequência do isolamento, essa rígida autarquia que teve lugar no planalto piratiningano, foi causa incoercível e imperiosa de consequências evidentes na região através dos documentos da época.

A autarquia, isto é, a precisão de se suprir por sí, obrigou o Planalto a produzir tudo ou quase tudo o que necessitasse. Essa cadêia de fatal e imperioso raciocínio tem

a sua confirmação na ampla documentação coeva. Eis que, o Planalto piratiningano foi absolutamente policultor, tão em contraste com a monocultura rígida dos latifúndios açucareiro do opulento Nordeste. Vejam-se os ensinamentos de Gilberto Freyre! Com isso, vê-se bem que, o Planalto piratiningano tinha linhas sociais e econômicas em profundo antagonismo com as que se perfilavam no Nordeste. Assim, o Planalto era paupérrimo necessariamente, porque pouco povoado, com predominância do elemento aborígina, falando o idioma guaraní <sup>(1)</sup> como nos ensina a toponímia planaltina, rigidamente isolado do mundo exterior e portanto autárquico e policultor; enquanto isso, o Nordeste era opulento <sup>(2)</sup> civilizadíssimo, atraidor de massas colonizadoras vindas da Metrópole, dotado de elevadíssimo poder aquisitivo <sup>(3)</sup> que lhe outorgava a capacidade de comprar os caros escravos africanos, monocultor, latifundiário, etc.

Não seria possível confundir essas duas regiões, tão diferentes eram as linhas mestras que as estruturavam.

## CAPÍTULO V

### A PEQUENA PROPRIEDADE PLANALTINA

Se o Planalto era isolado, autárquico e policultor, como consequência disso, êle, fatalmente tinha que ser dividido em pequena propriedade, mesmo porque, a policultura exi-

(1) A propósito da toponímia indígena do Planalto, temos a observar que é absoluta, como nos casos de Itamburé, Apotribu, Barueri, Jeribatiba, Ibirapuera, Itaim, Piratininga, Cancala, Anhangabaú, Anhembi, Jaraguá, Juqueri, Atibala, Jundiá, etc. e aparece excepcionalmente em mistura com nomes portugueses religiosos de santos. Essa mistura é muito significativa, pois evidencia a influência européia, ultra-religiosa, em meios indígenas.

(2) É preciso se ter em mente que as massas humanas que emigram são atraídas na razão direta do vulto das causas econômicas.

Quanto mais brilhantes e volumosas são essas causas econômicas, mais gente elas conseguem atrair e fixar. O inverso é também de se observar. Quanto menores são essas causas econômicas, menos gente imigra e elas chamam e estabelecem.

O homem só procura regiões que lhe ofereçam perspectivas de lucro.

(3) O poder aquisitivo do nordestino também estaria na razão direta da sua opulência e esta é evidenciada por Gilberto Freyre, em "Casa Grande e Senzala" e em "Sobrados e Mucambo".

ge a pequena propriedade, da mesma forma que a monocultura exige o latifúndio, como nos ensina Gilberto Freyre na "*Casa Grande e Senzala*". (4)

Eu mesmo já levei a efeito pesquisas nas propriedades planaltinas da época seiscentista e mostrei que era a pequena propriedade a predominante.

Tendo de produzir de tudo, seria preciso um grande aproveitamento das terras pobres e apoucadas, comprimidas em torno de São Paulo e o sertão selvagem.

Daí a pequena propriedade, cujo regime era a continuação da tradição portuguesa.

## CAPÍTULO VI

### A DEMOCRACIA PLANALTINA

Essa pequena propriedade, tão em antagonismo com o latifúndio açucareiro do Nordeste, por força, tinha que gerar a democracia, enquanto que o Nordeste, estribado no latifúndio tinha que fazer resultar a aristocracia. Qualquer raciocínio, por mais simplista que êle seja conclui isso. Os inventários, evidenciando totais inventariados aproximados confirmam isso. (5).

---

(4) Esse fenômeno pode ser facilmente observado até nos dias de hoje. Só a pequena propriedade, com uma proporção infinitamente maior de aproveitamento da respectiva área territorial, pode realizar a policultura sem predominância de qualquer produto, cousa que não se dá com o grande latifúndio que, só aproveitando para a agricultura altamente especializada de um só produto as terras melhores, conserva as restantes em abandono.

(5) Todo regime monocultor latifundiário origina uma aristocracia. Para só recorrer ao que se pode observar na evolução histórica brasileira, vemos com nitidez cristalina a aristocracia nordestina resultar do latifúndio monocultor do açúcar. Depois, a aristocracia fluminense, que saturou o 2.º Império de titulares, foi a consequência do café, de cujo latifúndio monocultor resultou a aristocracia paulista do Vale do Paraíba e depois a de Campinas, Amparo, Rio Claro, Limeira, Mogí Mirim, S. Carlos, Araras, etc.

Em 1929, com a queda da monocultura cafeeira, calu também a velha aristocracia paulista. O fracionamento da propriedade paulista, produziu a nossa policultura e iniciou a nossa verdadeira democratização.

Eu li algures que o espírito de democracia planaltino tinha se originado na organização da bandeira. O inverso é que se deve estabelecer.

Foi o espírito democrático reinante na região que foi instilado na bandeira. Nem podia deixar de ser assim!

## CAPITULO VII

### O ISOLAMENTO PSICOLÓGICO

O isolamento material, não só produziu consequências econômicas, que, por sua vez, se fizeram causas de diretrizes sociais, que modelaram a colônia planaltina, como também fez resultar consequências psicológicas. De fato, sem receber influxo de fora e nem da Metrópole, o núcleo colonial planaltino, em razão disso, evidenciou um espírito próprio, sem influência nenhuma metropolitana.

Sem intercâmbio com a Europa, sem receber de lá notícias ou nada que lembrasse o Reino, o planaltino foi criando a sua psicologia e a sua sentimentalidade unicamente de acordo com os motivos planaltinos, e com sucessos desenrolados na colônia. Não estamos assistindo a um fenómeno psicológico similar, com o estrangeiro?

Por outro lado, corroborando nisso, a Metrópole portuguesa, em decadência sob todos os pontos de vista, não infundia ufania em seus descendentes, que selecionados e eugênicos, procurariam se esquecer da procedência lusa. O idioma falado no Planalto era o guaraní. A toponímia isso confirma, provando que o espírito metropolitano não teve grande influência na região. São diversos os depoimentos dizendo que os planaltinos iam aprender o idioma português nas escolas. Como poderia a nacionalidade portuguesa inspirar qualquer sentimento de saudoso carinho, que não fosse o da piedade, aos homens tão másculos e que mantinham as suas existências em convívio familiar com a au-

dácia, o perigo, o heroísmo estoico, o desapêgo ao confôrto e à própria morte?

Os metropolitanos eram muito inferiores. Amaricados, não tinham sequer a independência política.

A triste derrota de Alcacer-Kibir, com a dolorosa debandada de Alcântara, em 1580, marcaram a morte material de Portugal, já não falando no fim da dinastia de Aviz! Mas não foi êsse o degrau mais baixo atingido por Portugal na sua descaida vertiginosa. A morte moral é mil vezes pior do que a morte material. Portugal, depois de haver morrido materialmente, encontrou a ignomínia na aclamação de Thomar, na qual tôda a nobreza portuguesa aclamou miseravelmente um rei estrangeiro e encontrou a infâmia suprema com o miseravel Cristovam de Moura, quinta-coluna esbanjador de ouro espanhol, comprando a fidalguia portuguesa, que vendeu a própria pátria pelo ouro estrangeiro.

A morte do cardeal-rei D. Henrique, o último Aviz, sugando com avidez as polpas generosas e carnudas dos peitos abundante sde Maria da Motta, cobriram de ridículo a mortalha em que se sepultou o velho reino peninsular!

Oh! Como estavam longe os dias de Aljubarrota e dos heróicos episódios dos cânticos dos sublimes Lusíadas!

A França não teria sofrido o golpe que sofreu, se não tivesse Laval e os colaboracionistas!

Portugal teve, então, muitos Lavals e muitos colaboracionistas!

Como é que uma nacionalidade, que jazia nessa situação miseravel podia infundir desejos de pertencer a ela aos varonís planaltinos, cujas psicologias se perfilavam na altivês sobranceira e na valentia exacerbada de másculas atitudes?

Além de tudo isso, a pobreza planaltina tinha feito com que a região fiscalmente não interessasse à Metrópole. Daí o descaso, o abandono e o olvido, com que era tratado o Planalto, que nada rendia à voraz Metrópole, em face das opulentas regiões do Nordeste! Isso é profundamente humano e explicável!

As regiões mortas e pouco produtivas, os contra-pêso, só hoje infundem preferências e direitos, pois só contemporaneamente é que as regiões improdutivas valem tanto como as que fornecem imensas quantias fiscais! Mas outrora isso não era assim! Vamos convir que outrora havia muito mais bom senso e inteligência do que hoje...

Isso tudo, que ficou dito, evidentemente, teria gerado, como seria fatal que o fizesse, um espírito próprio que eu chamo "crioulo".

Por ter espírito próprio é que os documentos nos oferecem elementos magníficos para essa conclusão, oferecendo-nos verdadeira fotografia do estado psicológico então reinante no Planalto.

Consistem êsses elementos em três preciosísimos depoimentos jesuíticos, constantes da obra monumental do Prof. Taunay, "História Geral das Bandeiras Paulistas", II, os quais são os seguintes:

1.º) Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II, 162, reproduz um trecho do depoimento do padre Montoya, no processo contra Luiz de Cespedes, o infeliz governador do Paraguai. Diz o Mestre:

"Quanto a Antonio Pedrozo e Dom Francisco Rendon de Quevedo (genro de Amador Bueno), estes ao próprio depoente afirmaram estar em campanha, por mandado *del rey que teniam en el Brasil*".

Surpreso lhes retrucara Montoya, arguindo-os de traidores.

"Solo nuestro Rey Don Phelipe era el Rey de todas estas Yndias y que ellos eran traydores".

2.º Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas, II, 79, cita um trecho do "Relation de los Agrabios", o qual testemunha:

"Levantaran sus capitanes y otros oficiales de guerra con vanderas, como si fueran levantados y amotinados contra su real corona".



3.º) Taunay, “Hist. Geral das Bandeiras Paulistas”, II, 124, menciona um tópico do padre Crespo, o qual confirma magnificamente as conclusões que se tira dos acima referidos. Assim, o jesuita Padre Crespo em memorial dirigido y Felipe IV, assim se referendo aos apresadores:

*“Sin conocer a la divina y umana Vuestra Magestad”.*

Êsses depoimentos, gênese patente do movimento aclamador de Amador Bueno, demonstram exuberantemente a existência, na população planaltina, em grande grau, dêsse espírito crioulo, que dessa forma aparece fotografado, com espantosa nitidez.

E’ por isso que Sergio Buarque, o eminente diretor do Museu Paulista, no seu “Raizes do Brasil”, 72, diz:

*“Não é mero acaso que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colonia, a aclamação de Amador Bueno, se verificasse justamente em S. Paulo, terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenes, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios, como as de hoje aprendem o latim”.*

E’ ainda por isso que, em 1643, os planaltinos ostensivamente desobedeceram o famoso alvará de D. João IV de Portugal, mandando que os jesuitas fossem readmitidos.

Êsse gesto de rebeldia, denunciador evidente de espírito próprio e independente foi reeditado em 1647, com nova desobediência e rebeldia contra Portugal e seu rei, pouco varonil e já desmoralizado.

Em abono dessa conclusão são de se evocarem as duas palavras do Prof. Taunay por uma aguda observação:

*“...do alto de suas montanhas riam-se os paulistas dos “Ukases” do Bragança. recémposto no trono e para eles letra morta”. (Hist. Seiscientista da Villa de S. Paulo”, I, 166).*

Por certo, em virtude disso, é que o Prof. Taunay, na sua tantas vezes recorrida "Hist. Seiscentista da Villa de S. Paulo", I, 175, diz, insistindo nessa tese acima enunciada:

"E' preciso notar, contudo, que, em S. Paulo, desde muito, era o poder municipal absolutamente soberano".

Ainda, tendo em vista êsses fatos, pelos quais é facilimo se descobrir a pouca devoção inspirada nos planaltinos por Portugal e mesmo enovelada com êsse sentimento de pouco acatamento, uma certa dose de ridícula conta, em que era tido o soberano de Bragança, é que Washington Luis, na sua esplêndida "*Capitania de S. Paulo*", diz que só no século XVIII, reconheceu o Planalto a soberania portuguesa.

O espirito próprio ressalta evidente, em relêvo, de tudo, quanto ficou citado.

Por tudo isso, é que explica a attitude dos planaltinos, animados de espirito tão independente, tão fortemente vincado de indisfarçáveis traços próprios, tão acentuadamente "*crioulo*" e nacional e tão marcadamente em antagonismo com o "*reino*".

Só por uma coincidência absolutamente casual de, no momento estar no sertão sulino de M Bororé, a população masculina do Planalto é que Portugal continuou a dominar politicamente a região piratiningana. (1)

---

(1) De fato, justamente na ocasião em que a notícia da Restauração Portuguesa chegava ao Planalto, se achava no sertão do Rio Urugual, a distância imensa do povoado piratiningano, a maior bandeira de apresamento, jamais salda da região. Formava no bojo dessa expedição bélico-econômica, a totalidade da população masculina de S. Paulo. Então, segundo nos ensinam os mestres e rezam os documentos, só ficaram no Planalto os velhos, inválidos, mulheres e crianças. Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras", III, etc.

Foi unicamente esse elemento que, aclamando Amador Bueno, não pôde impedir o fracasso do primeiro movimento nativista na América. Por isso é que a aclamação de D. João IV, isto é, o domínio português no Planalto foi levado a efeito, por apenas uma trintena de elementos que não haviam acompanhado ao sertão sulino a bandeira derrotada de M Bororé.

Não tivesse, na mesma ocasião, o Planalto com a totalidade da sua população masculina bandeirando nas margens encharcadas do Uruguai, lutando no famoso combate de M Bororé, ferido a cerca de 2.000 quilômetros longe da base planaltina, a região piratiningana teria visto o sucesso da aclamação de Amador Bueno, e, com isso, a independência das colônias sulinas do Brasil, preludiando de 150 anos o sagrado movimento de Tiradentes e de quase 200 anos o famoso grito do Ipiranga. (2)

Foi por isso, em parte, que a

### *Restauração Portuguesa*

não encontrou grande eco no Planalto. E' que duas causas se acordavam contra êsse evento político:

a) A região, como vimos, possuía espírito próprio, fortemente dosado de ânimo independente.

b) A Restauração Portuguesa era contrária aos interesses econômicos planaltinos, isto é, criava obstáculos

---

Foi assim que o Planalto continuou sob o jugo português.

No plebiscito levado a efeito, com as duas aclamações, a melhor parte da população planaltina não foi consultada.

Só votaram os Sanchos e os lusitanos, não puderam votar os Quixotes piratininganos, que estavam no sertão.

Porque essa evidência tem escapado aos olhos dos que observam a História do país?

Não seria tempo de serem revistas as velharias sem nexos e ser feito um raciocínio em tôrno disso?

(2) Dizem que se tivesse tido sucesso êsse movimento, o Brasil de hoje não seria fisicamente o que é.

Por que não?

O sagrado movimento de Tiradentes, objetivava a independência do Brasil tal qual êle é? Não. A Inconfidência só pensava, e nem podia ser de outra forma, libertar a zona que não se sentia bem no domínio luso, isto é, as Minas. O resto viria depois, se quisesse.

O movimento vitorioso de 1822 tinha por finalidade a independência do país, tal qual êle fisicamente é? Não. O movimento, de início, só foi realizado pelos fluminenses, cariocas, mineiros e paulistas. Só mais tarde é que veio o restante.

O caso da aclamação de Amador Bueno teria a mesma evolução.

De início, só a capitania vicentina, que não era apenas o que é S. Paulo hoje, pois compreendia Minas Gerais, Goiaz, Mato Grosso, e todo o sul, (depois é que Lisboa desmembrou a Capitania agigantada). Depois, teríamos o mesmo processo que se viu em 1822.

mais ou menos sérios, como a ereção de fronteiras nos domínios coloniais luso-espanhóis na América sulina, a prática do apresamento que era a “tábua de salvação” do “primo vivere” planaltino.

Efetivamente, os acontecimentos demonstram que, o Planalto, apesar de estar esvasiado de sua população masculina, não teve pressa em aceitar o jugo português, aclamando o Bragança D. João IV. Vejamos:

Portugal, restaurado na Metrópole, nos primórdios de Dezembro de 1640, o foi em 15 de Fevereiro de 1641 na Bahia, isto é, 73 dias após. A 12 de Março seguinte, Portugal foi restaurado no Rio de Janeiro e a 16 desse mês e ano, D. João IV foi aclamado em S. Vicente, para só dias depois, o ser por trinta pessoas apenas, aclamado em S. Paulo.

S. Paulo só 120 dias, isto é, 4 meses após a Restauração Portuguesa aclamou D. João IV.

Por que essa demora? Não teria sido hesitação?

Por que essa insignificância de aclamadores, quando no ano anterior a expulsão dos jesuitas reuniu cerca de 300 assinaturas? Se tudo tem a sua causa, por que essa demora?

Foi porque Portugal, foi restaurado no Planalto, em golpe de mão, quando os poucos lusitanófilos aproveitaram de estarem ausentes no sertão os seus adversários “*crioulos*”. Não está isso patente?

## CAPITULO VIII

### A RESTAURAÇÃO DO NORDESTE

Quando se deu a invasão flamenga do Nordeste, houve o maior indiferentismo por parte dos vicentinos que compreendiam os planaltinos.

Durante os 25 anos de ocupação flamenga na Bahia e em Pernambuco, o Planalto vicentino-piratiningano só enviou uma expedição de auxílio aos nordestinos, que lutavam com heroísmo, tanto mais que estavam desamparados pelas Metrópoles. (1) Daí se conclue a maior indiferença. Para os planaltinos, tanto fazia a restauração do domínio luso no Nordeste, como a consolidação do poder flamengo.

Por que isso? E' preciso que, se estabeleça que, o caráter do planaltino era profundamente utilitário.

Sim, em benefício de um objetivo econômico, que importava em vantagem lucrativa para sua indústria e para seu modo de vida, o planaltino sacrificava a sua sentimentalidade, a sua psicologia, a sua religiosidade, a sua lusita-

---

(1) O abandono do Nordeste pelas Metrópoles foi evidente. Foi isso que se passou, porque em 1624 a Espanha não defendeu a Bahia, que deveu a sua libertação aos coloniais, pois quando chegou a armada de D. Fradique de Toledo Osório já a situação estava definida. A armada hispânica apenas desferiu o golpe de misericórdia nos holandeses, já cambaleantes. Aliás, a Espanha nessa ocasião não poderia realizar esforço digno, pois estava envolvida na guerra dos Trinta Anos, que, na Europa, empolgava-lhe tôdas as forças.

Em 1630, a Espanha não defendeu Pernambuco, ficando Matias de Albuquerque revoltantemente abandonado. Em 1631 a Espanha mandou o almirante Oquendo, êsse homem de guerras, e sua imponente esquadra apenas escalou na cidade de Salvador e logo seguiu para as Antilhas, cuja proteção interessava muito mais à Espanha.

Em 1635, Madrí mandou Rojas y Borjas, mas com forças deficientes, pois foi derrotado e morto em Matta Redonda. Depois disso, só em 1639, Felipe IV mandou, em auxílio do Brasil, as forças do Conde da Torre. Essas eram, porém, tão fracas e deficientes que o fidalgo Mascarenhas não teve ânimo de tentar restaurar Pernambuco. Mesmo reforçado com a gente, que Salvador Corrêa de Sá lhe havia levado, êle foi estrondosamente batido pelos flamengos e, desbaratado, abandonou sua gente apoucada, no Cabo São Roque.

Como se vê, foi mínimo o esforço feito pela Espanha em benefício da defesa do Brasil, contra os holandeses e da reintegração dêste na soberania lusitana.

As expedições contra os flamengos, enviados pela Espanha, foram apenas 4. A primeira, isto é, a de D. Fradique, chegou atrasada. A segunda, a do almirante Oquendo, em 1631, foi inócua, nada tendo feito pela restauração. A batalha naval, travada por essa frota, na qual morreu o holandês Adrião Pater, foi um encontro casual e sem a mínima eficiência, no sentido da restauração. A terceira, em 1635, resultando na derrota militar da Mata Redonda, com Rojas y Borja, foi fraquíssima, bem como a quarta, do Conde da Torre, a qual nada fez pela reintegração do domínio ibérico no Nordeste.

nidade, enfim. Sabemos como o planaltino, profundamente religioso, cousa que se evidencia dos testamentos dos séculos XVI e XVII, tendo elevado ao mais alto grau o temor reverencial, orientado no sentido de uma profunda dedicação às cousas católicas, se entregou ao apresamento, enfrentando e hostilizando com violência os jesuitas visando um fim econômico, que lhe viria proporcionar lucros não pequenos.

Se o planaltino assim procedia, em relação ao seu sentimentalismo religioso, eu compreendo que êle tenha igualmente passado por cima de um sentimento de solidariedade colonial luso-brasileiro, para objetivar no seu procedimento um fim econômico que lhe viria proporcionar lucros e imensas vantagens. Êste sentimento teria sido bem menos intenso. Êle não seria maior e não se sobreporia ao interêsse econômico do planaltino.

Eis que, as invasões flamengas, muito longe de contrariar a economia planaltina, eram extraordinariamente favoráveis a ela, pois lhe proporcionavam lucros enormes e vantagens não comuns, as quais se avultavam com a quase paralisação do tráfico de escravos da África.

De fato, com as invasões holandesas, estabeleceu-se no Atlântico sul a hegemonia batava, e esta cortou ou dificultou imensamente o tráfico importador de mão de obra para a indústria agrícola açucareira na Bahia e em Pernambuco.

Se o Nordeste, nas suas precisões de mão de obra, tinha visto a quase supressão de sua fonte de abastecimento na África, era claro que, tinha que se sujeitar a importar quase que unicamente a mercadoria planaltina, isto é, o escravo ameríndio, apresado pelos sertanistas de S. Paulo. "Quem não tem cão, caça com gato", diz a sabedoria popular. Foi o que fizeram. Isso é tão claro e evidente, que não só dispensa maiores esclarecimentos, como admira que não tenha ainda sido entrevisto, pois, infelizmente, êsse ponto da história econômica do Brasil tem escapado à argúcia dos comentadores que cristalizaram o co-

nhecimento da evolução do passado do país. A explicação dessa lacuna está em que até agora, os que têm cuidado da História do Brasil a tem encarado unicamente nos capítulos de História Política da região do Norte, com abstração da parte econômica e das colônias do sul.

x x x

Portugal, antes de 1640, não podia fazer muito pelo Nordeste. Poderia, entretanto, ter feito muito mais, depois desse ano, se não fosse o terror doentio que o Bragança tinha da Espanha. Portugal teve a infâmia de querer vender o Nordeste, a custa da garantia da dinastia. O famoso “papel forte”, a atuação do Padre Vieira, de Souza Coutinho, em Haya, as tergiversações de D. João IV, etc., são as provas evidentes!

O passado brasileiro tem sido encarado, como se fosse de um país unitário, quando deveria ser, se tendo em conta que o Brasil é uma federação não unicamente política, mas também sociológica, econômica, etc., etc. Teimar em não encarar assim a História do Brasil, é errar conscientemente e deixar sem solução muitos problemas, entre os quais o que tratamos.

O Prof. Taunay, na sua “História Seiscentista da Villa de S. Paulo”, 55; 261, constata essa profunda indiferença dos planaltinos pela restauração do Nordeste, mas não aprofunda a causa e não se lembra de que já Euclides da Cunha havia dito que, a restauração do Nordeste fôra obra exclusiva dos habitantes dessa região brasileira.

O ensinamento do grande pensador e escritor ficou sem eco e sem aproveitamento, de modo que, as páginas da História do Brasil continuavam a se intoxicar com o erro.

Vê-se mesmo indiferença do planaltino pela sorte do Nordeste, ao continuar com o apresamento, enviando para o sul, contra Tape, Uruguai, etc., expedições que se avultavam com centenas de brancos, com milhares de índios, isto é, tôda a população masculina válida de S. Paulo...

Esses homens poderiam estar combatendo no Nordeste. Por que não estavam? Se o Brasil de então, série de colônias lusas, já tivesse espírito coletivo, êles estariam. Não tiveram olhos para isso os Varnhagem, os Southey, os Rocha Pombo, os Handelman, etc.

Entretanto, uma causa existe.

Com a Restauração do Nordeste e com a supressão da hegemonia naval flamenga no Atlântico, o que teve lugar pela vitória da Inglaterra, contra a Holanda na guerra de 1652 a 1654, reiniciou-se a importação de escravos africanos para o Nordeste açucareiro e, com isso, o Planalto perdeu o monopólio fornecedor de braços para a lavoura canavieira e para a industria canavieira do Nordeste. Não é isso claríssimo? (1)

Teria sido um rudíssimo golpe económico que atingiu, de cheio, a indústria bélica planaltina, pois o bandeirismo de apresamento, já tendo sofrido os traumatismos acarretados pela Restauração portuguesa e pelo esgotamento das mais próximas reduções jesuíticas, difficilmente poderia subsistir a uma nova dificuldade, da qual decorria, para êle, uma diminuição na procura de braços e nos preços oferecidos pelo Nordeste, cousas que teriam ocorrido no meio seiscentismo, como consequências evidentes da extinção do monopólio fornecedor de braços para o Nordeste e da Restauração dessa região.

---

(1) Parece que a derrota naval flamenga, nessa guerra anglo-holandesa, foi causada pelo entupimento dos portos batavos pela matéria sedimentária trazida pelos rios Rheno, Escalda e Mosa, que paulatinamente soterravam os respectivos estuários, que não podiam ser desobstruidos por dragagem necessária, a qual só foi possível depois, com o advento do navio a vapor.

Esse fenomeno racional teria determinado à Holanda uma estagnação na técnica da feitura dos seus navios, de modo que a Inglaterra pôde vencer a contenda naval.

Eis como, para interpretar a História intervêm tantos e variados fatores!

E' preciso preclamente os conhecer!



## CAPÍTULO IX

### A DECADÊNCIA DO AÇÚCAR — A SEGUNDA BATALHA DO AÇÚCAR

A segunda Batalha do Açúcar foi uma luta econômica, sem estrépito, sem sangue, sem vítimas, sem bramidos de vitória e sem rugidos enraivecidos dos derrotados. Foi uma batalha branca e anônima, que se passou sem tropel de passos de exércitos pela História, marcando teatralmente a mudança radical de um cenário, sem o ribombo de canhoneios ensurdecadores, sem o rilhar contínuo da fuzilaria assassina, sem os galopes sanguinários de gente embebedada pelo fumo da pólvora ou pela expectativa dos louros, sem o rufar compassado dos tambores em eco, sem os clangores agudos de plangentes clarins, mas prélio encarniçado que desviou profundamente os destinos históricos de grupos humanos, significando a fixação de marco miliário que, orientando a vida econômica de regiões e de colônias, teve importância marcante e relevante no palco dos acontecimentos evolucionais da humanidade.

Todos devem estar lembrados da primeira batalha do açúcar, ferida entre S. Vicente, com o seu lagamar e o Nordeste, com as suas massapés, o acontecimento básico mais gerador de consequências que houve na História do Brasil.

Foi uma lide econômica também anônima, surda, branca, sem barulhos, sem lampejos, sem heroísmo aparente e por isso, sem ter cavado, na sua passagem, sulco na História, a qual tem sido objetivo dos cronistas em esclarecer apenas a sua superfície, nos capítulos políticos que são os mais espetaculares, que ferem a atenção das multidões, deixando na penumbra do olvido a parte infra-estrutural, social ou econômica da evolução dos grupos humanos.

O Nordeste foi então o vencedor da ardida pugna econômica, enquanto que a Capitania vicentina derrotada, teve

amargurados na miséria os seus dias de futuro que se perpetuou assim nos refolhos umbrosos da pobreza, com todo o imenso séquito de seguidores, até o século XVIII, quando o advento do ouro veio tirar a região vicentina dessa esqualida, magra e triste situação demográfica, social e econômica.

O bandeirismo de prêa, como o de procura de riquezas, foi consequência do resultado dêsse primeiro duelo em tôrte, isto é, houvesse S. Vicente ganho essa primeira batalha no do açúcar. Tivesse o resultado dêsse prélio sido diferente açúcar, não teríamos tido o bandeirismo e o Brasil teria outra conformação. O segundo "round" da luta econômica que afetou todo o Brasil, o Nordeste não foi feliz como havia sido no primeiro. Neste, a competição econômica se ferira tendo o Nordeste as vantagens da posição geográfica que lhe outorgava os trunfos de uma navegação muito mais curta, com abundantíssimo e opulentíssimo mercado de consumo à sua disposição.

Com essa situação privilegiada, o Nordeste venceu fácil e esmagadoramente o seu antagonista que, distante, com mais de um mês de lentíssima, fragilíssima e perigosíssima, portanto caríssima navegação à vela, foi relegada à inferioridade. Na segunda batalha do açúcar, o Nordeste não pode gosar dessas marcas de superioridade. Pelo contrário! O seu antagonista já não era o mesmo. As condições da luta eram outras e os fatores em jogo para a produção tinham variado. O Nordeste, nesse encontro econômico da segunda metade do seiscentismo, teria pela frente outro adversário que não o da primeira parte do quinhentismo, quando a menor rota da navegação para atingir o mercado de consumo era sua.

Então, no seiscentismo, os fatores do "match" econômico diferiam!

Vejamos:

Em primeiro lugar, temos que verificar qual teria sido o competidor do Nordeste que lhe arrebatou, no médio seiscentismo o monopólio da produção do açúcar. Esse adver-

sário foi as ilhas holandesas, francesas, inglesas e espanholas das Antilhas. A Europa, parece que não interferiu sosinha nesse surdo, anônimo e silencioso prélio econômico, pois ela se achava igualmente distante do Mar de Caraibas e das margens do Capiberibe.

Havia, entretanto, elementos que faziam inferior a situação nordestina.

Vejam os:

Para que haja produção, é preciso que, cada região econômica resolva mais ou menos bem a equação seguinte:

Produção = Mão de Obra + Terra (ambiente externo geográfico e social) + Capital + transporte + consumo

O maior ou menor valor desse conjunto de fatores, os quais em cada região econômica tem algarismos representativos mais ou menos elevados, dão o valor quantitativo e qualitativo da Produção. Aplicando, pois, essa equação às regiões que competiam no segundo prélio do açúcar, temos que o Nordeste brasileiro tinha abundante mão de obra, não só amerindiana, fornecida pelo Planalto, como importada da África. (1)

As ilhas citadas do Mar caraibano também podiam contar com a mão de obra requerida pelo industrial agrícola do açúcar. Tanto o braço africano que, até hoje aí tem vestígios, como o amerindiano incorporado das regiões continentais.

O capital nordestino não teria sido maior que os povos que não o lusitano, puderam aplicar nas Antilhas, pelo contrário, pois os hispano-americanos, enriquecidos pela mineração abundantíssima do México, da Colômbia, do Panamá, do Perú e da Bolívia e livres das atividades mineralógicas, teriam podido empregar seus fortíssimos capitais nas promissoras Antilhas.

O fator Terra, favorável sob todos os aspectos à indústria agrícola açucareira, não teria dado nenhuma van-

---

(1) Temos de aplicar essa equação na indústria agrícola nordestina, como na Antilhana, a fim de que, comparando os resultados, ver qual se apresenta com total mais elevado.

tagem a qualquer dos partidos em ação competidor. Quanto ao transporte, temos que o Nordeste levou grande vantagem, pois que, enquanto o transporte da sua mercadoria produzida, exigia, para ser entregue ao mercado de venda 6.000 quilômetros de ineficientíssima, fragilíssima, perigosíssima e caríssima navegação, as ilhas do Mar de Caraibas eram obrigadas, em parte, a uma navegação de apenas 1 a 2 mil quilômetros para fazer sua mercadoria chegar nos mercados de consumo norte-centro americanos, que eram as colônias continentais espanholas do México, da Flórida, da América Central, da Costa do Pacífico, ou as colônias inglesas da Virgínia ou da Nova Inglaterra, ou as colônias holandesas de Nova Amsterdam, na foz do Hudson, ou ainda, as colônias francesas da Louisiana, na foz do Mississipi.

Muitas dessas colônias, ainda opulentadas pelo ouro ou pela prata da mineração, pelo tabaco ou o algodão da Virginia, etc., eram os mercados de consumo do açúcar antilhano, enquanto que o Nordeste brasileiro, tendo um competidor que politicamente mais protegido lhe arrancara os mercados de consumo da Espanha, da França e da Inglaterra, além de ter um outro mercado consumidor nas colônias americanas dessas nações, tinha uma marcada vantagem.

Sim, porque o Nordeste, na segunda metade do seiscentismo, teve o consumo do seu açúcar restringido a Portugal unicamente, pois os outros países que antes se supriam no entreposto distribuidor de Lisboa, tais como a Espanha, a França, a Holanda e a Inglaterra, abandonaram esse mercado fornecedor para irem se suprir nas Antilhas, de suas propriedades respectivas.

E' sabido que, nesse século XVII, Cromwell, Colbert, etc., imprimiram na Europa uma política nacionalista que, em economia foi eminentemente protecionista. (2).

---

(2) E' de notar a interferência da evolução de outros povos na História brasileira, com o que se faz claro que, o historiador dos acontecimentos brasileiros precisa aplicar conhecimentos da História humana em geral.

Com isso, essas nações abandonaram, em parte, o açúcar nordestino, para consumir, preferentemente, o antilhano, produzido pelos seus co-nacionais. Eis o chamado estatismo!

Nem se diga pois, que o Nordeste não perdeu grandes massas de consumidores, pois na Europa a população se distribuía assim:

França .....	17	milhões
Inglaterra .....	7,5	”
Espanha .....	7,5	”
Holanda e parte da Alemanha subsidiária (Reno) .....	6	”
	—	
TOTAL .....	38	”

Sintetizando tudo quanto ficou dito, temos que, a partir de 1650, o Nordeste viu se erigir um concorrente sério na produção do açúcar. Eram as Antilhas, ilhas possessões inglesas, francesas, holandesas e espanholas. Estas, contavam com dois mercados de consumo: o Americano e o Europeu. (2a).

O Americano, situado a uma mínima distância dos centros de produção, era formado pela América Espanhola (por isso, eram as Antilhas espanholas as que podiam dispor dêsse mercado) cujas populações até o meio do século XVII, empolgadas pela mineração, não cuidavam de produzir açúcar.

As Antilhas Inglesas tinham um excelente mercado na Virgínia e na Nova Inglaterra. As Antilhas Francesas vendiam a sua produção, em parte para a Louisiana, a Acádia e o Canadá e as Antilhas Holandesas para Nova Amsterdam, que é a Nova York de hoje.

---

(2) Recentemente esse assunto foi dessa maneira abordado, em curso de História da América, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Esse assunto me parece de maior importância para a nossa história.

O Europeu, situado na Europa a menor distância que o Nordeste brasileiro, era mantido pelo protecionismo das nações europeias, dirigidas pelo nacionalismo de Cromwell, de Luiz XIV, dos Stuarts, etc.

Enquanto que as Antilhas tinham dois magníficos mercados de consumo para sua produção, o Nordeste brasileiro só contava com os mercado europeu, pois não dispunha de americano, sendo as colônias luso-brasileiras dotadas de ínfimo poder aquisitivo, além de possuírem fraca demografia.

Assim, só a Europa consumindo açúcar brasileiro, animava e possibilitava a produção. Mas, a Europa, no decorrer da segunda metade do século XVII, teve que entrar no ciclo do protecionismo, ao qual impulsionava um nacionalismo extremado. Daí, haver cada nação protegido a produção de suas colônias e possessões, oferecendo a estas mercados de consumo de milhões de indivíduos metropolitanos, dotados de elevado poder aquisitivo.

Foi a famosa política do estatismo!

Portugal, Metrópole do Nordeste brasileiro, tinha na época cerca de um milhão e seiscentos mil habitantes, o que constituia quase o único mercado de consumo do açúcar colonial.

A política protecionista que, com os Colberts europeus, empolgava nacionalisticamente o velho mundo, fez com que o Nordeste brasileiro perdesse o mercado de consumo da Europa tóda, que somava cerca de 38 milhões de habitantes, restringindo-se ao mercado português, de quase 1 milhão e seiscentos mil componentes.

Resumindo mais, temos que, as Antilhas podiam dispor de dois mercados consumidores garantidos, enquanto que, o Nordeste brasileiro só dispunha de um e esse único foi lhe arrebatado pelo protecionismo europeu, que o transferiu aos seus coloniais das Antilhas.

Vê-se por aí que, não se pode estudar a História do Brasil sem correlacioná-la com a História Geral. Não é

possível isolar a História do Brasil em uma torre de marfim, alheando-a do que se passava em outras terras.

Foi essa segunda batalha do açúcar, que tanta repercussão teve no Brasil.

Infelizmente, os nossos estudiosos do passado, mais preocupados com minúcias bizantinas de acontecimentos que se vêm sucedendo cronologicamente, sem causar grandes consequências, não tiveram ainda seus olhos voltados para êsse fenômeno do qual não houve região brasileira que fugisse de seus efeitos.

Hoje, já esse assunto atrai a atenção dos estudiosos. Ainda recentemente foi ele abordado em concurso de História da América, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Infelizmente quem o fez não teve a necessária ética de dizer — quem o fez em primeiro lugar.

Foi uma batalha lenta, de transes demorados, com reflexos lerdos, como as de tôda a luta econômica, mas que energicamente projetou seus resultados nos campos sociais e políticos de tôdas as colônias luso-brasileiras.

Um deles veio se estabelecer no Planalto e fazer declinar o apresamento.

Foi mais um deserviço que ficamos a dever a Portugal e à situação da Metrópole. (3)

## CAPÍTULO X

### O DECLÍNIO E O FIM DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO

E' claro que, acometido por golpes tão fortes, o bandeirismo de apresamento tinha que sofrer um acentuado declínio. Foi o que aconteceu, como se pode verificar da documentação existente. Êstes registram muito mais ati-

---

(3) A produção do açúcar nordestino, por certo caiu, como se verifica de um quadro estatístico publicado por Simonsen no seu livro muito citado, "História Econômica do Brasil", I, 170, mas não caiu na proporção em que devera ter caído, em se tendo em conta o resultado dessa

vidade apresadora na primeira metade do século, do que na segunda.

O apresamento, não morreu entretanto!

Os golpes, pelo destino vibrados no apresamento, não foram suficientes para o matar! Ele continuou, atenuado e em declínio, se exercendo entre ameríndios bravios, não só para suprir a minúscula população planaltina, mas, ainda, para vender, em muito menor escala, para o mesmo Nordeste que, além da cara mercadoria africana, precisava de uma suplementação ameríndiana, para satisfazer os elementos menos abonados e de menor poder aquisitivo, dentre os ocupados na sua produção açucareira. (1)

Com o declínio acentuado do bandeirismo apresador, o morador do Planalto foi obrigado a recorrer a outros capítulos de atividade.

Foram essas atividades:

- a) *Bandeirismo pesquisador* (2)
- b) *Bandeirismo colonizador*.

---

segunda batalha do açúcar. É que a população do mundo civilizado, aumentando muito, fazia com que o mercado de consumo também aumentasse, se valendo da produção nordestina.

Eis que a população da Europa passou de 60 milhões em 1600, para 73 milhões em 1680, e para 90 milhões em 1720. Se houve grande aumento quantitativo nesse acréscimo de 50% nos consumidores, o aumento do consumo do açúcar foi muito maior. É que o consumo "per capita" crescia muito. Daí, a produção do Nordeste, encontrando escoamento fácil não ter decrescido muito, sem embargo de sua derrota na "segunda batalha do açúcar.

A difusão do uso do café, do chocolate, do chá, etc., concorreu para que o consumo do açúcar aumentasse enormemente.

(1) A prova de que o bandeirismo apresador em declínio, não mais se ocupou nas reduções jesuíticas, só ou quase só tendo atuação entre os índios bravios, é que cessou quase que por completo a animosidade antiga e profunda entre paulistas e jesuítas. Estes, em 1658, foram readmitidos no Planalto, seus bens foram restituídos e nunca mais foram incomodados pelos paulistas, em razão do apresamento.

É que havia desaparecido a causa da animosidade entre paulistas e jesuítas. Estes passaram, em relação aos moradores da região, a observar idêntico "modus vivendi" que vinham tendo no Nordeste. Cansou o ódio velho, sendo desmentida a sabedoria popular.

(2) Essa forma de Bandeirismo foi então muito incentivada pela Metrópole portuguesa, chegando mesmo o Rei de Portugal a baixar um alvará, em 1644 (18 de Março) com assinatura de Afonso VI, pelo qual dava a propriedade das minas aos seus descobridores.



E' curioso se verificar que ainda ninguém teve sua atenção chamada sôbre êsse fenômeno. Essas formas de bandeirismo só tiveram lugar depois que o apresamento entrou em declínio!

A relação de causa com efeito não está tão transparente? Só na segunda metade do seiscentismo, justamente quando diminuiu o apresamento é que se reiniciou o bandeirismo pesquisador paralizado desde 1602, com a bandeira de André de Leão, isto é, durante meio século. Porque essa paralisação das pesquisas? Não está evidente que a retomada do movimento pesquisador é mera consequência do declínio do apresamento? (3)

O mesmo raciocínio deve ser empregado quanto ao bandeirismo colonizador.

Êste só se desenvolveu na segunda metade do seiscentismo. Por que?

Alguém já pensou nisso? Não. Que fazem os Institutos Históricos? Entretanto, está patente a relação de causa com efeito!

E' admirável que êsse fenômeno tenha passado incólume!

De fato, o bandeirismo colonizador ou povoador, antes registrando apenas pequenos surtos esporádicos, como a fundação de Mogí das Cruzes, em 1611, de Parnaíba; em 1625 e com o início de Jundiá, em 1615 e de Taubaté, em 1636, não apresentou as características de movimento expansionista. Foi pequeno demais!

O verdadeiro bandeirismo colonizador, só teve vulto com os Nuno Bicudo de Mendonça, no Paraná, os Dias Velho e os Brito Peixoto em Santa Catarina, os Matias Cardoso e os Moraes Navarro no Rio São Francisco e no Rio Grande do Norte, os Domingo Jorge e os Francisco de Siqueira, no Piauí, etc.

---

(3) E' evidente que a paralisação do Bandeirismo pesquisador se deu porque numa outra fâina econômica muito mais remuneradora sob o ponto de vista direto, teve lugar. Foi o apresamento, que dava lucros imediatos. Diminuído êste, aquele recomeçou. "**Sublata causa, tollitur effectus**".

Essa expansão, porém, só teve lugar na segunda metade do século e só depois que o apresamento entrou em declínio.

Isso está gritando que, a expansão planaltina nada mais foi do que mera consequência do declínio do apresamento. (4)

Este, embora atenuado e muito circunscrito, não se extinguiu e só foi encontrar o seu fim, quando o século, já no ocaso, viu com a descoberta do ouro, se iniciar uma nova era. Só então, o apresamento encontrou seu termo definitivo, tendo o ouro agitado contra essa indústria bélica planaltina, da seguinte maneira:

A mineração do ouro, indústria extrativa enormemente remuneradora, empolgou em sua atividade dominadora e alucinante, todo o dinamismo da gente planaltina, não permitindo que ninguém distraísse das doiradas lavras, nem uma mínima parcela de trabalho e de energia.

As promessas fantásticas dos opulentíssimos lucros auferidos nas minas, não deixavam ser desviado o pensamento guloso e utilitário do planaltino, para atividades menos lucrativas e mais espinhosas.

*“Desde que um valor mais alto se alevanta, cessa tudo o que a antiga musa canta”*, já dizia a lira camoneana. Aplica-se o conceito desses versos ao caso e teremos a nítida explicação de porque a mineração golpeou de morte o apresamento. Sim, porque quem iria cuidar de uma empresa econômica, tendo um empate de atividades muito mais remunerador e menos trabalhoso?

Além disso, já de si suficiente para explicar o fim do apresamento, ainda houve o seguinte evento que colaborava no mesmo objetivo.

A mineração do ouro havia de tal modo enriquecido os planaltinos mineradores que, o enorme aumento do po-

---

(4) A História é um entrelaçamento de causas e consequências, cuja compreensão exige muito raciocínio e muita agudeza. Ao historiador, verdadeiramente digno desse nome, compete ver claro através desse tecido que ele precisa conhecer na sua mais íntima fatura.

der aquisitivo dessa gente afortunada já nos facultava a aquisição do africano, que, só então, teve ingresso em imensas quantidades nas minas e no Planalto.

O influxo do africano, que os documentos nos mostram que só então entrou em avalanche o Planalto, golpeou de morte o apresamento do ameríndio, mercadoria congênera mas muito inferior, (5) ao africano.

Faculdade de Filosofia  
Ciências e Letras  
Biblioteca Central

CAPÍTULO XI

CRUELDADE NO APRESAMENTO

Formou-se um “*tabú*” a propósito do apresamento, que vem passando por ter sido cruel e deshumano, nisso laborando grande parte dos que especulam o passado, podendo-se mencionar Capistrano e Calógeras, que fizeram eco de cousas mencionadas por outros escritores anteriores.

Entretanto, o erro e a injustiça não desacompanharam êsse vultos que se notabilizaram entre os intelectuais que escreveram sobre o passado brasileiro, bem como continuam a inspirar os que ainda teimosamente se aferram chumbados a uma chapa histórica sovada, mas cristalina-mente errada.

Mas, como o cearense Capistrano, ao dizer que houve “*bandeirismo e bandeirismo*”, como que a malsinar o apresamento e a encarecer as demais formas de bandeirismo, andaram todos emparelhados com a ingenuidade e a boa fé.

Outros, não obstante os áureos bordados acadêmicos, sendo de outras regiões do país, são impulsionados pelo regionalismo impenitente e pela ignorância indesculpável.

---

(5) Eu realizei uma pesquisa em quantidade imensa de documentos quinhentistas e seiscentistas planaltinos e concluí que havia na região a proporção de um preto africano para 34 ameríndios, isto é, que estes eram 34 vezes mais numerosos que os africanos, no planalto piratiningano. Essa pesquisa confirma o que o raciocínio e a lógica já ensinavam.

Outros, ainda, como Calógeras, por exemplo, misticamente quizeram exagerar o ativo jesuítico e por isso grudavam na famosa Companhia, o “slogan” de grandes caluniados, procurando tornar odiosa tôda atividade que fosse contrária a dos padres de Loyola.(6)

O êrro e a injustiça não desacompanharam êsse julgamento, dissemos acima. Vejamos:

Tudo quanto se sabia do apresamento, na sua ação contra os jesuitas, era oriundo de relatos, depoimentos, relações, crônicas, cartas, epístolas, etc., dos proprios jesuitas, que eram os únicos em estado cultural a deixar notícias dos acontecimentos, que assim só chegaram ao conhecimento dos nossos dias pelas penas iracundas e vingativas dos homens de Santo Inácio.

Dos sertanistas apresadores, nada!

Rudes, quase analfabetos, os homéricos planaltinos não viam que deixavam o campo livre para seus adversários, perante o pleito da História.

Êles não se defenderam! Deles nada nos chegou que elucidasse e explicasse como e porque agiram.

Como erigir em sentenças as razes de uma das partes?

Como condenar a outra parte, sem a ouvir?

Que tribunal age alicerçado nessa suprema iniquidade?

Essas razões jesuíticas, seriam tão serenas, mansas e calmas, em obediência aos sublimes ensinamentos do Nazareno e seriam tão eivadas de autoridade que meressem ser erigidas em plácidas e desinteressadas sentenças que dispensassem a audiência da parte contrária? Não.

Essas peças jesuíticas, acusatórias do apresamento, são libelos vasados no paroxismo da paixão mais exacerbada

---

(6) Parece incrível que o Instituto Histórico de S. Paulo não tenha defendido o Apresamento!

Por que não fez até hoje?????

da que clamam pelo arrazamento do burgo anchietano, chamando os companheiros do grande e imortal Raposo Tavares de “maloqueros atrevidos e belicosos peores que moros” etc. Êsses relatos e crônicas jesuíticas não foram escritos, evidentemente, com a tinta serena da mansuetude baseada nos dítames cristãos da cordura e da tolerância, mas sim com as lágrimas dos vencidos, no afã da vingança abraçada e no auge do despeito!

Eu compreendo muito bem e taxo de profundamente humana e perfeitamente natural essa afogueada atividade dos reverendos cronistas. Êles tinham recebido tôda sorte de agravos, os mais violentos da gente planaltina. Aos desacatos de todo gênero, êles haviam sido expulsos da região.

Escrevendo nessa ocasião, êles não foram serenos com seus inimigos seculares. Daí o livro do padre Simão de Vasconcellos, que é um dos fulcros mais apaixonados contra os planaltinos apresadores.

Vê-se com imensa facilidade que tôdas as objurgatórias escritas contra os apresadores eram vasadas no fel amargo dos derrotados impotentes, ante a esmagadora humilhação que lhes havia sido inflingida pelos incultos mameucos.

O que os reverendos da Companhia fizeram está perfeitamente afinado com a lógica! Êles eram seres humanos e se esqueciam daquelas palavras de Cristo, referentes ao tapa em um dos lados da face!

Assim, não seria de se admirar êstes relatos jesuíticos que não partem de angélicos cordeirinhos. O que é admiravel é que haja ainda obnublados que transformam essas apaixonadas razões de um dos litigantes, em sentenças de fé absoluta, como se não representasse os interêsses de uma das partes em questão!

Além disso, não seria de senso lógico que os apresadores, empenhados na indústria produtora de escravos fossem destruir ou diminuir, ou ainda, deteriorar a mercadoria produzida. E' claro que, os planaltinos apresadores, inte-

ressados em prear escravos na maior quantidade possível e em aprimorar a qualidade dos mesmos, não iriam se demandar em inúteis crueldades, e em destruições desnecessárias!

Assim, pois, um grande desconto se impõe nos depoimentos jesuíticos, por certo excelentes peças informativas, mas despidas de qualquer valor probante, no concernente ao proceder mais ou menos cruel dos apresadores.

Por certo, êstes não teriam sido indivíduos dotados de grande delicadezas. Não teria sido com mimos que êles iriam prear índios selvagens, mas, disso não se pode concluir que os reverendos loyolanos tivessem sido animados da divina centelha da absoluta imparcialidade, ao escrever as iracundas crônicas contra os apresadores. Êstes, teriam sido rudes, de acôrdo com a mentalidade do tempo, mas, estariam longe da crueldade os espanhóis no Perú, dos ingleses na Índia ou dos cultíssimos alemães dos campos de concentração nazista, em pleno século XX.

Não nos esqueçamos da intolerância rígida jesuítica em relação a todos os seus adversários, tanto leigos como sacerdotes.

Só tendo em consideração o exposto, podemos fazer um juizo sôbre o comportamento dos apresadores, em face do sentimento de humanidade.

## CAPITULO XII

### O BANDEIRISMO E AS FRONTEIRAS

O refrão sovado, verdadeiro “tabú” de se dizer que as fronteiras brasileiras foram traçadas pelos bandeirantes, é uma autêntica tirada do “ufanismo” aplicada à História brasileira.

Muito se tem inconcientemente repetido que foram os bandeirantes os autores das atuais fronteiras brasileiras.

Isso vem de ordinário acompanhado de ditirambos em torno dêsse tema que, se não é inteiramente desarrazoado, encerra entretanto injustiças e inverdades.

Injustiças, porque nessa inconciente e superficial afirmativa, se abstrae tóda a conquista do vale amazônico, virgem quase que integralmente da atividade bandeirante. Todo o imenso território amazônico foi trazido à comunidade brasileira pelas missões religiosas.

O bandeirismo só recuou as fronteiras matogrossenses e as do extremo sul, com a conquista do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (1)

Inverdades, porque quando houve a expansão planaltina, não havia ainda a consciência de espírito brasileiro. O Brasil era, ainda, mera entidade administrativa e política, mas não era entidade sociológica, econômica, psicológica, sentimental, etc.

Se houve conquista de territórios de além Tordezilhas, isso teria sido para a região vicentina. Por isso que essa capitania se agigantou e foi desmembrada. Mesmo assim, essa conquista de território foi inconciente e indireta, pois o objetivo não seria êsse, e sim, a conquista particular e imediata de lucros. Só indireta e não intencionalmente é que essa conquista se deu e, mesmo assim, isso

---

(1) E' bem verdade que a expansão pela grandiosa Bacia Amazônica teria sido imensamente mais fácil com estradas líquidas através de enorme área plana e absolutamente desacidada, cortada em tódas as direções por centenas de vias navegáveis, que formam a maior rede de vias líquidas do mundo. De fato, a planície amazônica, compreendendo a área do Pará, do Amazonas e do Norte matogrossense, é tóda ela cortada pelo eixo central do sistema potamográfico amazônico e pela galharada, espalhada em leque, dos afluentes do grande rio.

Isso teria dado tais facilidades de penetração, graças 's fáceis, rápidas e múltiplas comunicações que com um relativamente pequeno emprêgo de energia e de esforço, numa área imensa foi trazida à comunidade política brasileira. Onde os Andes columbianos fizeram fim à planície amazônica, ericando a topografia e dificultando a penetração, cessou a conquista portuguesa, o recuo das fronteiras e a expansão política.

Enquanto isso, o sul, penetrando pelos planaltinos e onde as fronteiras de Tordezilhas foram recuadas pela expansão piratiningana, apresenta condições físicas as mais difíceis, com serranias as mais ásperas, cortando vales múltiplos os mais profundos.

Nenhum grande rio navegável facilitava a penetração para o sul, que teve que ser realizada a pé, através dos maiores obstáculos, vencidos os

não teria sido jamais para um Brasil inexistente, pois a entidade político-administrativa ainda não tinha alma própria, que estava em gestação.

Portugal, depois, podendo e desmembrando a hipertrofiada capitania vicentina é que incorporou êsses territórios decepados de São Vicente, nas regiões autônomas de Minas Gerais, Mato Grosso, o Giaz, Sta. Catarina e do Rio Grande do Sul.

---

mais rudes impecilhos e atravessando os antolhos com o espírito mais estóico. Uma topografia ingrátissima, aliada a todos os inimigos humanos se antepunha à expansão planáltina, na região sulina que teve de ser conquistada com emprêgo de descomunal esforço e homérico conjunto de energia física e moral.

Esta é a verdade que deve ser dita!

Se se quiser persistir nesse lema de atribuir "in totum" ao Bandeirismo o "ut possidetis" consagrado e legalizado em 1750 pelo tratado de Madri, devemos nos lembrar que Bandeirismo foram quatro, cada um deles diferente e com características inconfundíveis:

- 1.º — **Bandeirismo apresador ou guerreiro.**
- 2.º — **Bandeirismo pesquisador ou entradista.**
- 3.º) — **Bandeirismo colonizador.**
- 4.º) — **Bandeirismo minerador e sedentário.**

A cada uma dessas formas de bandeirismo dever-se-ia a conquista indireta de cada trato do território que o "ut possidetis" deu ao conjunto de colônias portuguesas. Assim:

O **bandeirismo apresador** é credor de haver se assenhoreado de todo o sul, isto é, do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e sul de Mato Grosso.

O **bandeirismo colonizador** além do sul riograndense e do catarinense, passou-se todo êle em território de aquém Tordezilhas.

Essa forma de bandeirismo não avançou para o oeste e sim para o sul e para o sudeste. Goiás e Mato Grosso é que foram incorporados ao "ut possidetis" pelo bandeirismo pesquisador e pelo minerador. Quanto a essa forma de ação é que marchou para o Oeste. Mas isso já não era bem bandeirismo e sim sedentarismo pacífico.

Eu continuo a pensar, porém que o bandeirismo apresador, possibilitando, com a mão de obra que fornecia a indústria agrícola açucareira, foi o que mais realizou pelo Brasil.

Em todo o caso, os planáltinos sempre adotaram o lema "Non ducor, duco" de sua heráldica blazonada.

É este ainda nosso lema. Com êle continuamos. O movimento de 32, em que fomos as guardas avançadas na luta pela democracia, prova isso.



## PARTE III

### CAPÍTULO I

#### PEDRO II

D. Pedro II era, por certo, um homem boníssimo. Foi êle, creio eu, a pessoa mais culta que o Brasil conheceu e uma das mais nobres e honestas formações que tem vivido. Eu o caracterizo mais como uma cerebração soberanamente ilustrada do que como erudito, pois sua imensa cultura era mais ampla e se aprofundava pouco.

Essa ilustração servia uma grande inteligência que se bitolava em linhas aprimoradas em compostura admiravel e de impoluta correção. O Imperador, de fato, tinha uma imensa cultura que se esparramava variada, por todos os departamentos do saber humano. Uma ética vigorosa e uma finura de percepção ressaltavam êsse saber, que se impunha dominador no ambiente saturado em demasia de espírito oriundo da revolução francesa, em conúbio com o excessivo bacharelismo que culminava no espírito de quase todos os políticos do segundo reinado. (*"Hist. de Pedro II"*, H. Lyra).

Apesar de notavel intelectual e de senhor de um cérebro privilegiado, o Imperador justificava o julgamento de Pedro Lessa: êle não tinha a estrutura de estadista. Êle, mais modesto do que tímido, não havia sido iluminado pela centelha da previsão. Faltava-lhe uma orientação mais profunda de Economia. Essa falta fez com que êle não se apercebesse que a civilização da máquina, que começava com

o primado absoluto do combustível mineral, gerando o vapor e o aço que habilitava a máquina e portanto a indústria, atirava o Brasil na fatalidade de uma situação inferior que embora profundamente lamentável, não se pode deixar de reconhecer.

Por isso, Pedro II foi mais humano, mais democrático, mas menos material, mais sonhador, menos prático, menos vidente, menos atilado em questões econômicas, que são as mais importantes na civilização utilitária em que estávamos.

Pedro II, em pleno século 'vitoriano, não viu que o Brasil, sem o combustível mineral, não podia se emparelhar com as nações que dispunham desse supremo presente de Deus. Daí ele não ter sabido apreciar Mauá.

O Brasil, não podendo ser vanguardeiro na corrida, na qual a existência do carvão mineral era trunfo decisivo, tinha que se contentar com as migalhas caídas do banquete dos grandes privilegiados do sub-solo.

Enquanto a Inglaterra fazia o seu Império baseado na Economia, a Alemanha se unificava com o carvão do Rhur ou da Silésia e os Estados Unidos completavam seu crescimento com o carvão da Pennsylvania e o minério do sul dos Grandes Lagos, o Brasil se empolgava na questão da libertação dos escravos, ou se apaixonava nos charcos do Paraguai ou nas planícies do Uruguai.

Uma dose muito forte do "*idealismo utópico*" de Oliveira Vianna saturava o ambiente. Uma tirada oratória de um Cotegipe ou de um Nabuco, um projeto menos escravocrata de S. Vicente ou uma lei eleitoral de Saraiva, ou ainda, uma página heróica de Taunay, sobre a retirada da Laguna, embebedava a opinião pública, apaixonada no nacionalismo político, contra o Paraguai, a divinizar Caxias e a adorar o Viscosde do Rio Branco, Itaborahy, ou Zacharias ou ainda, a carregar em andor a Lei do Ventre Livre, ou a eleitoral de Saraiva, ou ainda a dos sexagenários.

Certo, isso tudo não era bisantinismo, mas não passava de capítulos românticos de segundo plano, cortina de fumaça que impediu que fossem vistos os verdadeiros abismos em que iria tragar o carro do Estado, mal orientado pelo estrabismo de seus condutores.

Efetivamente o Império incorreu em quatro erros capitais:

1.º) Não via o Império o erro tremendo da centralização. Pedro II, com toda a sua vasta inteligência, com toda a sua enorme cultura, não viu o que é de translúcida clareza, para qualquer menino que cursa as primeiras letras. O monarca não percebeu o senso da Federação. O Brasil, heterogêneo como é, em suas partes desarmônicas e sem ligação, com interesses díspares, na vastidão territorial do país, não pode se acomodar a não ser em uma super Federação.

Pedro II teimou em manter o Brasil, sem articulações, como se fosse um Portugal gigante. Nem se diga que não havia quem não visse o problema! Aí estava o alagoano Tavares Bastos, a meu vêr a primeira mentalidade do século XIX no Brasil. Pedro II, com toda a agudeza de seu espírito cintilante e culto, não compreendeu a nossa História, não entendeu o Brasil. Ele tomou a “nuvem por Juno” e foi hipnotizado pela tranquilidade interna de seu reinado, a partir de 1849. Ele não viu que, o narcótico que deu a calma interna ao Brasil, foi a política externa, no Prata contra Rosas e Oribe, o caso Cristie, no Uruguai, contra Aguirre e no Paraguai contra Lopez.

Findada em 1870 a luta no Paraguai, eis o Império em desassossêgo, como antes!

2.º) Não viu o Império o erro tremendo da guerra do Paraguai. Mauá, o super homem da honradez é quem via claro. (“*Mauá*”, Alberto de Faria).

Empolgado pelos gritos históricos de uma opinião pública super-excitada pelos políticos liberais, o governo de Pedro II deixou-se conduzir por ela, se esquecendo que

a opinião pública é volúvel, como a que recebeu Cristo com palmas, no Domingo de Ramos, para o crucificar uma semana depois. Pedro II não se lembrou que foi a opinião pública, que, diante de Pilatos preferiu dar a liberdade a Barrabás e o martírio do suave nazareno.

Por ventura a opinião pública não é feminina?

Pois bem, Pedro II e seu governo, ensandecido pelo clamor popular se esqueceu do tratado secreto de Dezembro de 1850, com o Paraguai, assinado por Belegarde, em cujo artigo 14 havia obrigação de se respeitar a soberania do Uruguai.

Com isso, êle fez a aliança com Flores, invadiu o Uruguai e apareceu para o mundo como vítima, quando foi êle o autor da agressão. Mauá compreendeu bem tudo isso. Viu claro. Por isso, êle teve o prêmio, (Alberto de Faria, "*Mauá*").

Qual foi o lucro, para nós brasileiros, dessa guerra, que é mais o resultado da obstinação voluntariosa, que Pedro II recebera de seus ancestrais Habsburgos? Guerra muito gloriosa, sem dúvida, mas pouco proveitosa. Perdemos milhares de vidas preciosas. Gastamos 600 mil contos, que hoje seriam milhões, arrancados do nosso incipiente e anêmico capital. Perdemos capital humano, precioso para nós, país despovoado e de fraquíssimo índice demográfico e perdemos capital em dinheiro, coisa que, para nós, é da maior importância, dadas as nossas condições de país fraquíssimo em capitais e onde êstes são sofregamente procurados. Em troca dessas perdas tremendas nada ganhamos, pois não tivemos a crescer nada ao nosso imenso território. A minha admiração por Mauá cresce sempre na proporção em que penso no assunto.

Sob o aspecto indireto, em política internacional, a Guerra do Paraguai para nós, foi um desastre, pois aniquilamos esmagadoramente o contra-pêso que realizava o equilíbrio das nações platinas e impedia a hegemonia da Argentina. Com o desaparecimento do Paraguai, como potencial nas nações hispano-americanas da bacia do Paraná,

o desequilíbrio resultante deu a Argentina uma tal predominância que, ela não encontrava competidor na sua marcha avassaladora para a reconstituição do vice-reinado do Prata, cousa que, completamente, só não levou a efeito ainda, é porque tem esbarrado no marcante individualismo do Uruguai e nas distâncias imensas da Bolívia e do próprio Paraguai.

3.º) Foi cego o Império para o tremendo mal que representava para o Brasil e para a sua economia a abertura do canal de Suez.

O norte do país exportando para a Europa muitas das suas especiarias, fruto da extração, em cuja economia ainda estão em virtude de várias circunstâncias, gozava de verdadeiro monopólio, em razão da curta distância que tem separado êsse norte brasileiro dos centros consumidores da Europa. Os prováveis e possíveis concorrentes dos fornecedores brasileiros do norte se situavam a uma distância muito maior da Europa, nas ilhas longinhas do Índico ou do Pacífico, com uma volta obrigatória pelo Sul da África.

Com a abertura do canal de Suez, em 1864, essa volta pela África foi poupada, as distâncias foram suprimidas e o transporte das mercadorias da Índia e do Pacífico congeneres às do Brasil eliminou as vantagens deste.

O Brasil perdeu o monopólio de antes da abertura do canal. Como exemplo disso, sem recorrer aos produtos do Norte, podemos citar o café, que, com o canal de Suez, encontrou nos centros distribuidores de Antuerpia e Amsterdan, Trieste, Gênova, Nápoles, Le Havre, et., o congêneres de Java, de Sumatra, das Filipinas, de Celebes, de Madagascar ou de Bornéu, da Índia, das Laquedivas, do Ceilão, etc..

O Império não viu isso! Se viu, nada fez para evitar êsse mal que foi um verdadeiro descalabro para o Norte brasileiro, que nunca mais se refez dêsse arrasador golpe econômico. O Império poderia ter feito algo, pois a Inglaterra antes de D'Israeli era contrária a tal feito. Por que disso não se aproveitou Pedro II?

4.º) O Império encaminhou erradamente a questão servil.

Pedro II não destoou do ambiente que o cercava ao encarar esse problema. As idéias de igualdade, de fraternidade, de liberdade, e mal interpretada democracia, etc., oriundas da Revolução francesa, as quais, levadas nos alforjes dos soldados napoleônicos, para todos os quadrantes europeus, se espalharam avassaladoramente pelo mundo, que por elas foi dominado, presidiram o julgamento da questão servil.

Pedro II não foi suficientemente sagaz para vêr isso! Ele não compreendeu, por exemplo, que a Inglaterra, envergando as roupagens de campeã da causa da supressão do tráfico, agia impulsionada pelo seu egoísmo econômico de pioneiro da civilização da máquina, que prescindia o braço escravo, concorrente.

Pedro II foi humano, mas faltou-lhe a sagacidade do economista. O ambiente que cercava o Imperador era desta natureza. A cultura humanística e clássica saturada de espírito de "*idealismo utópico*" ou de excessiva dose de democratismo e de liberalismo em exagero, eliminou o ângulo econômico da questão servil e ela foi encaraada com a vesguice que a deformou, de modo a levar o Império a mergulhar o país em um dos maiores êrros econômicos que o mundo moderno conheceu.

Em vez do problema ser resolvido apenas com a Lei da supressão do tráfico em 1850, que injustamente tomou o nome de Euzébio de Queiroz e com a Lei do Ventre Livre, de 1871 do Visconde do Rio Branco, a pieguice melosa do Império fez o país continuar inutilmente na rota do prejuízo unilateral recaindo só sobre a classe agrícola com a Lei dos sexagenários e finalmente, com a abolição. (1)

As consequêcias não podiam deixar de ser as mais desastrosas para a economia brasileira. Prejuizos consideráveis advieram para o dessorado capitalismo nacional. O

---

(1) Talvez em virtude dessa orientação, Pedro II não se mostrou muito favorável à imigração estrangeira.

maior erro consistiu em se fazer a abolição sem indenização. Com isso, o prejuízo da descapitalização incidiu só sobre os agricultores. Não foi isso uma injustiça? Não deveria essa liberalidade nacional recair sobre a população em geral?

Por que a cultura e a inteligência do monarca bragantino cometeram esse erro econômico?

Por que o neto de Marco Aurélio perpetrou ou deixou que fosse levada a efeito essa tremenda injustiça?

Os erros e as evidentes faltas de visão com a ausência de cultura econômica não foram só do Imperador. Os homens que o cercavam, que o pieguismo brasileiro, o nacionalismo exagerado e a boa vontade dos intelectuais se conjugaram para os guindar à posição de estadistas, devem carregar a parte da responsabilidade.

Eles não eram homens de governo e muito menos estadistas. Gente imbuida de uma cultura romanticamente anacrônica, pois ficara nas páginas de Rousseau, de Voltaire, de Montesquieu, quando a Inglaterra edificava o seu Império baseada no Cardiff, nas indústrias dos Midlands e do Lancashire e os norte-americanos se esqueciam de Lincoln pelo carvão dos Apalaches ou pelo minério dos Grandes Lagos!

Esses homens que auxiliavam o governo imperial de Pedro II, ainda estavam intoxicado pela lufada soprada da Europa trazendo os germens mefíticos de um exageradíssimo liberalismo em conúbio com um romantismo, filho do que espalhava na Europa as barricadas de 1830 e de 1848 na França, de 1830 na Polônia, de 1848 na Alemanha, na Hungria, de 1830 na Bélgica, etc..

A mentalidade desses pseudo estadistas liberais ou conservadores assim formada no cadinho do “*idealismo utópico*”, se temperava de dose não pequena de estreito nacionalismo, que gerava um espírito “*me ufanista*” deturpador e deformador do cenário político do país, que não era compreendido na sua estrutura por esses homens que o governavam nos Conselhos imperiais.

A formação psicológica que predominava, assim, nas elites formadoras do ministério devido à loquacidade verborrágica e poética do nortista se esternava nas logomaquias, que eram os torneios oratórios em que se procuravam notabiliza as figuras dos ministérios imperiais. (2)

Eis os Paramentos oitocentistas no Brasil, transformados em rinhas onde se feriam as mais cruentas pejejas oratórias como jogos florais dos galos imperiais, que se embriagavam com as tiradas retóricas e românticas, entoadas em mentalidade ufanista, que enfeitavam os discursos conselheirais dos Euzébio, Rio Branco, Olinda, Paraná, Itaborahy, Simimbú, Zacharias, S. Vicente, Caxias, Furtado, José Bonifácio, o Moço, Ouro Preto, Cotegipe, Saraiva, João Alfredo, Abaeté, Caravelas, Dantas e de outros. (3)

E' preciso que, se compreenda que, êsses homens auxiliares de Pedro II não estavam na situação de possuírem cultura, para se erguerem aos degraus de estadistas. Assim, Olinda e Paraná que haviam cursado Coimbra, não podiam deixar de ser homens obsoletos, pois haviam estado na Europa, ainda no século XVIII. Os outros haviam se formado em S. Paulo ou em Pernambuco. E' de se admirar o "curriculum" dessas duas Academias jurídicas! Era enorme a importância aí tida pelo Direito Canônico. Além disso, uma formação jurídica dava aos futuros ministros do Império uma certa base que se sedimentava sobre o bom senso, a prudência e o equilíbrio que muitos possuíam em alta dose e talvez mesmo exageradamente. À êsse fundo cultural, os privilegiados da aristocracia imperial que deveriam ser os governantes no velho regimem acumulavam uma certa cultura literária, quase na totalidade de origem francesa. Isso tudo era cosinhado em espírito filosófica autodidata, ao sabor de elevada dose de nacionalismo, de um Brasil centralizado como se fosse um Portugal ou uma

---

(2) A imigração exótica não se operou e a libertação mal levada a efeito privou o país da mão de obra.

(3) Esses homens eram vultos precocemente envelhecidos, encadernados de grandes oradores.



França, ao lado de uma mentalidade embebedada de admiração pelas cousas brasileiras. Era o Amazonas o rio mais longo do mundo; era Paulo Afonso a mais linda cachoeira; era a Guanabara a baía mais cheia de prodígios naturais que o mundo embevecido contemplava! Daí a “minha terra tem palmeiras onde cantam os sabiás”, a distância não era grande!

Isso fazia com que cada um dos pretendentes aos galões de estadista fosse um enamorado carinhoso das cousas brasileiras. Naturalmente através desses óculos róseos panglossianos, a visão dos fatos tinha que se deformar.

Foi desta bitola o ambiente no qual estava mergulhado D. Pedro II. Êle que fôra humano, bom, nobre, esforçado, honesto, rezando mais pelas páginas do Código da Ética, do que pelas normas fanáticas e intolerantes do catecismo religioso, não podia fazer melhor administração que fez. Faltava-lhe o “substractum” de uma cultura em ciências econômicas, que lhe poderiam ter dado a estrutura do estadista, cousa que lhe negou Pedro Lessa.

Podem se explicar assim os êrros econômicos que o Império cometeu.

Isso porém não apaga os grandes méritos de tolerância de Pedro II e nem muito menos imbue de imperialismo a politica externo do Império. Longe disso! Eu penso, com Julio de Mesquita Filho, que jamais o imperialismo animou no século passado, na sua segunda metade, a nossa política externa.

## PARTE IV

### CAPITULO UNICO

## A RESTAURAÇÃO LUSA

O domínio espanhol era uma humilhação à estirpe portuguesa. Felipe II, de 1580 a 1598, não sujeitou Portugal a desnível inferior, pois esse Habsburgo se manteve como soberano de Portugal, que figurava como uma monarquia apartada, em união pessoal com a Espanha, mas sem nexo de submissão. Os demais Felipes, porém, governaram Portugal, como uma dependência administrativa da Espanha. A soberania lusa, com isso, foi suprimida e Madrid, erigida em capital ibérica, nomeava um governador seu, em Lisboa, que passou a ser sede, apenas de uma província espanhola, sem individualidade política e unicamente como repartição administrativa.

Ora, isso era um convite insistente para que Portugal se rebelasse.

Não são esses processos, estribados na violência e na compressão, os indicados para a assimilação de um corpo nacional qualquer. Não é com vinagre que se apanham moscas! Para que haja submissão de uma estirpe nacional qualquer, a um governo estabelecido, é preciso que, essa estirpe nacional se sinta bem, sob esse governo. Caso contrário, ela tende a se subtrair desse governo qualquer, se rebelando contra a opressão. A observação do passado ensina isso! Se não fossem as violentas perseguições dos Imperadores romanos, o cristianismo não se teria espalhado dominador pelo mundo antigo! Se não fosse, a violência

dos absolutistas, as idéias liberais da Revolução Francesa não se alastrariam pelo mundo! Se não fosse estúpida compressão britânica de Lord North e de George III, não teríamos tido Washington, Jefferson, Franklin, e a vitoriosa separação das 13 colônias anglo-americanas!

Espírito e vontade não se acorrentam! Tôda união nacional deve se estribar na livre vontade e na conveniência das partes! Uma vez que, uma destas não encontre vantagens econômicas, sociais, ou psicológicas, na continuação da união política, não existe fôrça material, que a obrigue a continuar, no mesmo “statu-quo” político. E’ preciso que, as partes heterogeneas de uma nação sejam contidas pela bôa Governação Geral, que deverá repartir entre elas, com a maior justeza e imparcialidade, na proporção dos valores econômicos e demográficos de cada uma, os direitos e as obrigações. E’ necessário, para a subsistência de qualquer união que não hajam filhotismos, injustiças e desproporções na distribuição de favores e de onus, às partes!

Ora, Portugal logo compreendeu que, não era da sua conveniência a manutenção do domínio espanhol. Seu império colonial não era defendido pelos decadentes Habsburgos espanhóis e assim as suas terras desapareciam sorvidas no turbilhão da desgraça, que a própria Espanha atraia sôbre o mundo português.

Foi facil a Richelieu, o ministro francês de Luis XIII, que havia desencadeado a guerra dos Trinta Anos, sôbre o Império, fazer com que estourasse a rebelião portuguesa, a qual deveria ser um incômodo espinho cravado no flanco espanhol, na guerra contra a França.

Assim, essas foram as causas mediatas e imediatas da rebelião portuguesa de Pinto Ribeiro, Almada, Sanches de Baena, etc. a qual teve lugar a 1 de Dezembro de 1640, pondo têrmo ao domínio espanhol em Portugal, cuja soberania foi restaurada, com a elevação ao trono de D. João IV, até então Duque de Bragança, com a deposição da representante do rei da Espanha, Felipe IV, a italiana duquesa de Mantua, e com a desfenestração do miseravel “quisling” Miguel de Vasconcelos.

A Espanha, empolgada pelos sucessos e pelos desastres na guerra dos Trinta Anos, nada pode fazer contra Portugal, além de frouxo esforço militar, que, em 1644, foi esmagado facilmente em Montijo.

Um acontecimento que tão terremóticamente alterava a situação política deveria, por força, repercutir fortemente sobre o Brasil, de modo a ser causa, em quem Atlântico, de não poucos acontecimentos. Seria impossível que, no Brasil, tal fato como a Restauração lusa, não fosse ter o éco ribombante de um trovão! Era uma subversão política, que modificava a situação das metrópoles! Seria natural que, a profunda alteração sobrevinda, fosse produzir, no Brasil, uma grande repercussão de várias naturezas.

Mas, nós sabemos que, o Brasil, sendo um todo político, harmoniosamente conjugado, era um composto de partes social, econômica, psicológica, sentimental, cultural e étnicamente heterogeneas, deveria receber essa transformação, fazendo-a ecoar desigualmente em cada uma das suas partes. O Brasil era um todo político, composto de partes heterogeneas e distantes uma das outras, sem comunicações e sem afinidades.

E' claro que, em algumas dessas partes, a modificação política, na Europa, deveria ter sido bem recebida, por consultar as suas diretrizes e se ajustar bem aos seus anhelos; mas em outras, tão diferentes elas eram, o acontecimento metropolitano contrariava a interêsses, em sendo indiferente ao sentimentalismo e à religiosidade.

Extranhavel seria, se no Brasil, corpo político unificado, mas de regiões social, psicológica e economicamente desiguais, fosse refletir uniformemente, ao longo de tôdas as suas partes diversas, a alteração política, que foi a Restauração lusa. Isso seria um absurdo, só cabivel em cérebros mediocres.

Assim, o Nordeste brasileiro, monocultor, opulento, aristocrático, latifundário, etc., mantinha um contacto muito mais assíduo com o Reino, com o qual estava sempre em relações econômicas, exportando o açúcar e importando

utilidades e portanto demográficas, étnicas, intelectuais, etc. do que o isolado Planalto, que era paupérrimo, policultor ,democrático, etc. e impermeabilizado ao contato luso, pela distância, pelas dificuldades do meio físico e pela ausência absoluta de intercâmbio mercantil, como pela navegação primitiva que era tósca e ineficiente.

No Nordeste, pois, se refugiava o sentimentalismo luso e lá, fatalmente seria bem recebida a Restauração política da pátria camoneana. O Nordeste, por fôrça, deveria ter sido muito mais português do que qualquer outra parte brasileira, mormente do que o isolado Planalto, que teria sido fatalmente, muito mais americanizado, pelas circunstâncias que rodeiavam os seus promórdios, (*“O Folklore bandeirante”*, Joaquim Ribeiro).

Seria, pois, natural que, nesse Nordeste, em que a formação intelectual e étnica tinham sido lusitanas, em constante e ininterrupto contacto com a amargurada alma portuguesa, que gemia, durante sessenta anos, sob o jugo castelhano, a Restauração lusa de 1640, tivesse a repercussão mais favorável e fosse recebida com as manifestações mais festivas de grande satisfação. Por isso, logo que em Salvador, na Bahia, se soube das novas da Restauração em Portugal, o Marquês de Montalvão, governador Geral Dom Jorge de Mascarenhas promoveu, com imensa facilidade a aclamação do novo rei de Portugal, o incolor e fraco Duque de Bragança erigido em D. João IV. Isso teve lugar em meados de fevereiro de 1641.

Nas demais colônias luso-brasileiras a aceitação da Restauração tinha que ser muito mais difícil. Eram regiões, que tinham muito menos contacto com Portugal, recebendo daí, muito menos influência nas respectivas formações, que lhes delineavam os contornos básicos. Com muito menor intercâmbio mercantil com a Europa, essas regiões não ouviam, com nitidez os lamentos portugueses, privados da soberania, assim como não auscultavam, com ânsia, os movimentos que faziam vibrar as cordas distendidas do sentimentalismo luso.

Foi assim que, só em 15 de março de 1641, isto é, um mês depois de, a Bahia haver aceito a Restauração portuguesa, o Rio de Janeiro e S. Vicente, também, aclamavam o Duque de Bragança.

A demora já é notável e de causar suspeitas! Como explicá-la? Sim, porque tudo exige uma explicação.

Mas no Planalto, os acontecimentos iam se cenicar, ainda mais acentuadamente! A região tinha outras características! Não era como o Nordeste, em que a abundante exportação açucareira facultava a opulência, causa de caudalosa e permanente infiltração na mentalidade e na sentimentalidade locais da alma ulcerada de Portugal, pelas arcadas monacais das universidades, pelos livros, pelas ciências, ou pelas artes lisboetas, e pela atmosfera pungente que envolvia tôda a velha pátria de Camões. De fato, o envio contínuo de centenas de elementos juvenis da aristocracia nordestina às escolas reinóis, de onde tornavam, aureolados pelo prestígio do saber e reinolisados pelo sentimentalismo, era consequência causada pela pujança econômica, só conhecida pelo Nordeste açucareiro.

No Planalto, se via justamente cena contrária, pois essa região enfeudada na autarquia, no isolamento e na miséria, não podia imitar as colônias prósperas do Nordeste. Com isso, não lhe era possível lusitanisar a sua alma, lustrando seu intelecto. Daí, não lhe ser facultado ouvir os doridos queixumes da gente lusa, oprimida por Castela. Por conseguinte, no Planalto a lusitanidade era muito menos intensa e o amor, a dedicação e a submissão à causa de Portugal, tinham que ser muito menos vibrantes e havia motivos até para serem contrários aos interesses econômicos dos moradores regionais.

Estes viviam unicamente do apresamento de escravos índios e isso se fazia em terras espanholas. Convinha aos planaltinos a continuação do domínio espanhol, porque, com ele vigente, era possível a fácil penetração em território de além-Tordesilhas. Os governantes espanhóis não se opunham, com muito empenho, à penetração das expedições planaltinas, que, assim, podiam agir mais ou menos livremente.

Ora, os planaltinos eram muito utilitaristas, sacrificando, em benefício de seus objetivos econômicos, até o seu espírito de intensa religiosidade, o que fez com que, os planaltinos buscassem assaltar os estabelecimentos jesuíticos, ferindo moral e fisicamente os sacerdotes de sua própria religião. Ora, se os planaltinos não se detiveram ante os seus sentimentos religiosos, porque haveriam de se mostrar muito apegados ao espírito de lusitanidade? Com a Restauração lusa, voltava a ser estabelecida a dualidade política na Ibéria e na América sulina e com isso as fronteiras, como barreiras, que, por certo, iriam ser defendidas, de algum modo. Ora, isso, por mais molemente que fosse feita a defesa espanhola das fronteiras americanas, seria um obstáculo ao apresamento planaltino.

Assim, se faz lógico e transparentemente claro que, a Restauração lusa, não sendo propícia ao mobil econômico dos apresadores, não deveria encontrar ambiente favorável entre os planaltinos utilitários, os quais deveriam ter feito tudo para que, êsse capítulo político não fosse levado a realização.

Os fatos, registrados pela crônica dos acontecimentos planaltinos, confirmam admiravelmente êsse raciocínio, não se realizando a Restauração lusa no Planalto, sem uma resistência, que se concretizou no movimento de Amador Bueno, o primeiro movimento nativista nas Américas, o qual infelizmente fracassou, por estarem os Planaltinos apresando escravos índios no Uruguai, estando a quasi totalidade deles (os cronistas da Companhia de Jesus nos falam em vários milhares de componentes das bandeiras paulistas) empenhados na campanha de MBororé. <sup>(1)</sup>

---

(1) A prova mais concreta, que se poderia mencionar de estar o Planalto, esvaziado de seus elementos masculinos, é que a aclamação de D. João IV aí, só foi subscrita por poucas dezenas de pessoas, enquanto que a expulsão dos jesuitas, levada a efeito um ano antes, acontecimento de muito menos importância do que a Restauração lusa, foi subscrita por 300 pessoas, (Azevedo Marques, "Apontamentos").

E' que na expulsão, em 1640, os planaltinos, ainda em povoados, tomavam parte, todos, no acontecimento.

Na aclamação do Bragança, os apresadores, no sertão, a cerca de 2.000 quilômetros do Planalto, tiveram que se abster, só a levando a efeito os velhos, inválidos e clérigos, que haviam ficado na região.

Eis como se patenteia, de modo claro e evidente o desinterêsse que os planaltinos tinham pela Restauração lusa, a qual seria um successo que deveria enternecer apenas uma parte das colônias brasileiras, mas jamais a sua totalidade, como vimos.

---

Isso é claro como água, só não vê quem não quer!

Que os planaltinos estavam na mesma ocasião no sertão, é o Professor Taunay quem assegura ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"), além do que dizem os cronistas da Companhia, cujos depoimentos, reunidos, são apresentados por Aurelio Porto, "Hist. das Missões Orientais no Uruguai", pelo Padre C. Teubauer, "Hist. do Rio Grande do Sul", pelo Padre I. G. Jager, "Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul" além de outros.



## PARTE V

### CAPITULO I

#### CONSIDERAÇÕES SÔBRE AS INVASÕES HOLANDESAS

Um acontecimento histórico, para ser bem estudado e para que se evidencie bem nítido em tôdas as suas saliências deve ser ressaltado em suas causas e revelado nas consequências por êle projetadas. Sendo essa norma, a única que deve nortear o procedimento de um verdadeiro historiador que não se limita unicamente em ser cronista, devemos em primeiro lugar verificar, a luz da verdade, as causas dessas invasões holandesas.

Sim porque, como ficou anteriormente dito, a História não deve se resumir a mera coleção de datas, de nomes, de relatos, de episódios, de efemérides, como se fosse calendário de eventos arrumados, mais ou menos, em ordem cronológica, destinado a empaturrar a memória do estudante.

Assim sendo, temos de, aplicando essa tese à história, sindicat o que teria dado motivo aos assaltos da Holanda.

Wätjen, na sua opulenta reconstituição do drama que foi a luta contra os holandeses, diz que a Holanda atacou o Brasil porque Portugal, sob o jugo espanhol, não conservou aberto o porto de Lisboa, de formas que os holandeses, privados de entreposto, se viram na contingência de ter de buscar as mercadorias nos lugares de origem. (“*O Domínio Colonial Holandês no Brasil*”, 65.

O notavel reconstituidor do domínio batavo no Nordeste, cita, em abono desta versão, Velius, "*Cronyck van Horn*", 272 e Fruen, "*Tien jaren uit ten Tachtigsjarigen Oordog*", 187

Em 1916 surgiu a versão do alemão Georg Friederich Preuss, citado por Wätjen, a qual consistia em atribuir o assalto flamengo ao explodir irreprimivel de uma avassaladora confiança em si de um grande povo marítimo, cujas qualidades se haviam forjado e aprimorado na luta constante, que tinha endurecido seus músculos e enrijado o seu cérebro, ("*Phelippe II die Niederlander und ihre erst Indefaht*") não tendo sido provocado por ato de desespero resultante de medidas políticas de restrição por parte da Espanha. Mais tarde, em 1913, Blok fez o assunto voltar as velhas conclusões, sem desprezar, entretanto, o que nos ensina Preuss. Causa, porém, que deve ser devidamente tida em consideração, é que a causa principal das invasões holandesas foi o domínio espanhol.

Efietivamente os holandeses, gente que se havia selecionado, na luta contra Felipe II e se enriquecido graças, em grante parte, à imigração dos israelitas, expulsos de Portugal por D. Manoel, se refugiando na holanda, se encarniçaram contra a Espanha, não só por motivos políticos, mas também religiosos.

Os holandeses eram tangidos contra a Espanha pela luta tremenda pela sua independência política, o qual encheu de episódios de martírio e de heroismo tôda a História da Holanda, da segunda metade do quinhentismo. A Holanda fizera parte dos domínios de Maria da Borgonha que herdara de seu pai, Carlos, o Temerário e passara a seu filho, Felipe o Belo, que, por sua vez, a deixara a seu filho, Carlos V e êste a Felipe II. Mas, além dêsse motivo político havia o religiioso. A Espanha era fanaticamente católica e como tal tinha formado na guerra dos Trinta Anos contra os boêmios protestantes. Ora, os holandeses, que não eram israelitas se alinhavam entre os mais ardorosos protestantes. Êsses antagonismos virulentos teriam dado

lugar ao assalto holandês contra as terras espanholas. Assim pois, a causa básica do que chamamos guerras holandesas foi uma consequência do domínio espanhol.

O ânimo ardoroso do holandês enrijecido e exacerbado pelas suas lutas gloriosas pela independência, como quer Preuss, não só teria sido uma concausa, que teria colaborado com a causa principal, como também teria bitolado o “modus faciendi” do ataque.

Os holandeses, inimigos dos espanhóis, escolheram para atacar seu antagonista em uma possessão portuguesa e não em uma espanhola, pelo fato de os espanhóis, não só a defenderem com alma, pois ela pertencia de direito a Portugal, como ainda não permitirem, que os portugueses o fizessem. <sup>(1)</sup> Por êsse motivo, os holandeses não alvejaram, com seus ataques, o México, muito mais rico com suas minas e suas opulentas riquezas minerais, do que o Nordeste luso-brasileiro. Em virtude do que expus acima, a Holanda selecionou, como preliminar, para o seu ataque, uma possessão portuguesa.

Entre as possessões lusas, naturalmente, a Companhia holando-israelita, que em 1621 fôra fundada nos Países Baixos, preferiria desferir seus botes conquistadores sôbre a parte mais rica, onde houvesse já um começo de sociedade civilizada, um grupo demográfico europeu, um delineamento de prosperidade econômica, como uma “cabeça de ponte” nas selvas americanas, etc.

Nessa ocasião, o Brasil, pelo seu desenvolvimento econômico-social-demográfico, se resumia unicamente ao Nordeste açucareiro.

O Sul vicentino não tinha fonte de riqueza. Isolado, não só pela distância marítima, que nesses tempos sêiscenistas era de importância imensa, como pelas penhas das

---

(1) Netscher, citado por Wätjen, “O domínio Colonial Holandês no Brasil”, 85, diz: “On choisit surtout le Bresil parce qu'on pensa, comme en effect ce fut véritablement le cas, que ce pays, ayant été originairement une possession des Portugais, ne serait pas aussi bien gardé par les Espagnols que leurs propres colonies”.

serranias litoreanas e pelo atraso econômico cultural, êsse Sul não atraía, sôbre si, elementos demográficos-colonizadores, capitais etc.

Assim, êsse Sul não se desenvolvia.

Ficava sempre, mais ou menos, no que era no século XVI. (2)

Praticamente o Planalto, com isso, estava fora da comunidade luso-espanhola na América.

Por isso é que Washington Luis na sua "*Capitania de S. Paulo*", dizia que, só no século do ouro, S. Paulo tinha reconhecido a soberania portuguesa. Por isso é que o prof. Taunay dizia, na sua "*Hist. Seiscentista da Vila de São Paulo*" que o conselho municipal paulistano era soberano.

Nessa ocasião, o Planalto, que pela sua pobreza, pela índole indômita de sua gente altaneira, pela sua falta de cultura intelectual, como pelo seu isolamento geográfico, social e econômico, estava praticamente segregado da comunidade luso-espanhola na América, como ficou acima asseverado.

Assim, das colônias lusas, os holandeses destacaram o pujante Nordeste açucareiro, cuja rebrilhante civilização, como ímã atraía as atenções gulosas dos capitalistas vesgos de cupidez, de Amsterdam e de Haya. Foi assim que, em 1624, e depois em 1630, as recortadas proas dos navios batavos orientaram os seus esporões carniceros para o recôncavo do Salvador, e para os arrecifes da Olinda nordestina.

O Planalto ficava subtraído a essas invasões, esquecido na sua miserável situação econômica e demográfica, a qual crescia lentissimamente, à custa do índio, enquanto

---

(2) A prova disso é que, segundo Machado de Oliveira, a população planaltina era, em 1600, de 2.500 habitantes livres e em 1658 de apenas 3.000 habitantes livres.

Isso quer dizer que, em cinquenta anos, o Planalto só teve um aumento de 500 habitantes livres.

a do Nordeste avançava prodigiosamente à custa da imigração reinol que para aí corria, atraída pelo açúcar. (3)

O holandês tinha, pois, que desprezar esse Sul planaltino, que não oferecia perspectiva alguma e que não dava lucro fiscal e comercial nenhum aos reinos ibéricos, etc., e alvejar, apenas, as partes que prometiam remuneração aos esforços de conquista.

Essas duas regiões brasileiras, separadas uma da outra por uma distância de mais de um milhar e meio de quilômetros, por agruras antepostas por uma geografia ingrata e por outros característicos sociais, econômicos, étnicos, só tinham a ligá-las, o laço de uma administração comum. Os próprios interesses econômicos dessas duas regiões, não se afinavam harmoniosamente no mesmo diapasão. Enquanto que o nordestino cuidava da situação mercantil do açúcar, procurando elevar seus preços e buscando com afã abaixar o mais possível o preço da mão de obra, o planaltino, sem ter interesse direto no preço do açúcar, só punha atenção no que concernia ao preço da mão de obra, fazendo tudo por elevá-lo, e para conseguir o monopólio do fornecimento dela. Com isso lhe convinha a manutenção da supremacia dos holandeses nos mares, com o que se manteria o bloqueio naval das costas africanas e a supressão do tráfico. O Nordeste, pelo contrário, porfiava encarniçadamente pela derrota do batavo. Assim, a vitória holandesa de 1633, na batalha naval das Dunas, em que Van Tromp bateu os espanhóis de Oquendo, teria reboado no Planalto, como um eco de vitória e no Nordeste como um grito lancinante de agonia.

O Nordeste era muito mais ibérico, pelo seu muito menor isolamento geográfico-econômico-cultural, como pelas constantes comunicações comerciais com a Ibéria.

---

(3) Os holandeses, tendo ante si um quadro no qual o rico Nordeste açucareiro contrastava com o sul vicentino, cerca de 25 vezes inferior a esse Nordeste, não podiam hesitar muito na escolha. Desprezaram o sul vicentino, cuja miséria os documentos de publicação oficial nos pintam e arrojaram seus encarniçados botes contra esse núcleo açucareiro cuja opulência nos é relatada no brilhante fraseado de Gilberto Freyre, no seu admirável "Casa Grande & Senzala". E' o que se vê de Wätjen, loc. cit. 416.

O Planalto era muito mais americano, não só pelo seu isolamento geográfico-econômico-cultural, como também pela sua situação de grande entreposto de escravos ameríndios. Por isso é que a língua popular no Planalto era o guaraní, enquanto que no Nordeste se falava o português. (1)

Nacionalidade, segundo o conceito moderno, ainda não existia. Literatura nacional, êsse poderoso vínculo que estreita os que nela comungam, só teve existência na segunda metade do século seiscentista. Objetivo comum, outro poderoso vínculo nacional, também, como vimos, não existia ainda.

Com tudo isso, não se pode julgar o sentimentalismo brasileiro do planaltino, ante as invasões holandesas, como se o palco seiscentista, onde elas tiveram lugar no Nordeste, fosse igual ao de hoje.

O cenário seiscentista, em que se desenvolveram as guerras holandesas, era inteiramente diverso do de hoje. O Brasil de então, era unicamente um corpo administrativo. Havia aí muita heterogeneidade entre os muitos grupos coloniais. Uns mais ricos, outros mais pobres, uns mais europeus, outros mais americanos, etc!

Entre êsses núcleos não havia muita solidariedade.

Capistrano já o disse anteriormente.

De fato, em que interessaria o Planalto que no Nordeste dominasse o luso, o espanhol ou o holandês? O escravo vermelho, tanto seria comprado por um Nordeste ibérico, como por um Nordeste flamengo. O caso de Calabar está, em parte, a confirmar meu raciocínio. Se por ventura existe a mentalidade de considerar traidor a Calabar, atribuo isso a um resto de espírito de lusitanidade, o qual nos ficou, apesar da nossa independência política. Acho, porém, que é uma contradição se maldizer Calabar e se homenagear Tiradentes! Havia neles o mesmo substractum. A

---

(1) Enquanto que a toponímia planaltina era toda ela tupi guaraní, como é fácil se ver, a nomenclatura topográfica nordestina é portuguesa em quase unanimidade.

maldição de Calabar provém do mesmo espírito reinol que maldisse Bekman e engrinaldou Amador Bueno.

Entretanto, a turba que aclamou Amador Bueno, o corpo ensanguentado de Felipe dos Santos, o espírito glorioso de 7 de abril, etc. idealizou uma pátria unicamente brasileiro-americana, sem a menor ligação com Portugal, a não ser pela sentimentalidade, que devemos tributar aos nossos antepassados lusos.

Assim se explicaria a indiferença do planaltino pela restauração do domínio ibérico no Nordeste. Como vimos, havia até interêsse do planaltino pela persistência do intruso flamengo. Pois enquanto êste perdurasse, o africano não seria importado e não seria quebrado o monopólio piratiningano do fornecimento de braços a êsse Nordeste, tão ativo, quão sedento de mão de obra, e dotado de tão alto poder aquisitivo.

Com a libertação nordestina do flamengo e a extinção no Atlântico da supremacia holandesa, o tráfico africano seria, fatalmente, restaurado e o Planalto perderia a situação única em que se achava.

E' o prof. Taunay que tem êste pensamento lapidar, pertinente ao acaso que explanou:

“Mas no imenso e deserto Brasil seiscentista distava S. Paulo muito mais de Pernambuco do que hoje de Portugal, dado o isolamento em que as diversas regiões do país viviam umas das outras. Assim é que, na actas da Câmara, raro se encontram referências às pugnas luso-holandesas, do decenio de 1630-1640”. (*História seiscentista da Vila de S. Paulo*, I, 261; *História Geral das Bandeiras Paulistas*, III, 244).

Isso confirma, de modo magistral, o raciocínio que acima ficou explanado, evidenciando que o caso patológico do Planalto, em relação ao Nordeste e às guerras holande-

sas, já havia ferido a atenção do prof. Taunay. Eu, apenas, completei o diagnóstico e estabeleci causas para o fenômeno, que já havia sido constatado.

x x x

Em 1638, o domínio holandês no Nordeste havia atingido seu ponto máximo. Maurício de Nassau, com seu temperamento liberal compreendia admiravelmente que a cordura, a tolerância e a bondade são as melhores armas dos inteligentes.

“Não é com vinagre que se apanham moscas” diz o brocardo popular e a história humana cada vez mais confirma o conceito encasulado nessa frase. De fato, que seria do cristianismo se não fossem as perseguições dos Neros, dos Calígulas, dos Caracalas, etc., que fizeram das vítimas, sacrificadas nas arenas romanas, os mártires e os santos ad religião, que assim se espalhou triunfante no mundo? Que seria da reforma protestante, se não fosse a intolerância mórbida dos Felipes? Etc. etc..

Tudo, no evoluir da humanidade, mostra-nos que não é com a violência da força bruta, ou com a virulência, que se obtém as melhores luzes, para se chegar à estrada da vitória.

Maurício de Nassau, aplicando essa inteligente norma de governar, soube se fazer estimar pelos moradores do Nordeste. A tolerância, por êle mostrada com a religião, os costumes, etc. dos moradores, foi a melhor arma da consolidação da conquista. A verdade desse pensamento, facilmente se confirma, se verificarmos que, tendo Nassau partido do Nordeste em 1644, logo no ano seguinte estourou a revolução, da qual surgiria afinal a restauração.

Assim, em 1638, a situação dos ibéricos no Nordeste era má. Por isso, diz Taunay, na sua “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”, III, 231:



“Maus dias atravessava então o Brasil de 1638; parecia o batavo inexpugnável nas terras à esquerda do S. Francisco, sobretudo agora em que a dominação se alicerçava na capacidade formidável de Maurício de Nassau.

Mesmo Sergipe não estava muito seguro e a Bahia sofrera a agressão tremenda de abril e maio de 1638, felizmente repelida. Fizera a monarquia espanhola extremo esforço para expelir os batavos do Nordeste brasileiro. Para isso se armara mau grado as enormes dificuldades da época e do período agudíssimo da política européia em pleno desenvolvimento da vitoriosa fase francesa da guerra dos Trinta Anos, para isso preparara o poderoso armamento entregue ao comando do medíocre cabo de guerra, o Conde da Torre”.

x x x

## CAPITULO II

### O CONDE DA TORRE

A Espanha, entretanto, premida por Lisboa, de vez em quando se lembrava do Brasil, levada mais pelo seu ardor religioso em perseguir os hereges flamengos do que pelo desejo de recobrar uma possessão portuguesa, realizava um esforço no sentido da restauração.

Poucos esforços a côrte de Madrid já tinha feito, em benefício do Brasil português e entre os quais podemos mencionar o chefiado por D. Fradique de Toledo Osório, em 1625, e o comandado pelo famoso D. Antônio de Oquendo, que tão apagada função deveria ter em relação ao Brasil, além do que se fez, na ocasião em que aportou no Brasil, o malogrado Rojas y Borja.

Em 1638, se dispunha a Espanha do famoso Conde Duque de Olivares a um novo arranco, o qual seria mais contra o flamengo protestante, do que a favor da restauração lusa no Nordeste.

O esforço espanhol de então compunha-se de uma frota, a qual partiu de Lisboa em Outubro de 1638 e chegou à Bahia de então em Janeiro de 1639, sob a chefia do Conde da Torre, Dom Fernando de Mascarenhas.

A 3 de Fevereiro, isto é, logo após a chegada, o titular escreveu enviando uma provisão a Salvador Correia de Sá, "alcaide mor da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, almirante da Costa Sul e do Rio da Prata, capitão mor governador da Capitania do Rio de Janeiro" (*Registo*, II, 79). Nessa provisão, citada acima, pedia a Salvador um auxílio de trezentos homens e prometia aos que se alistassem, além de uma série de benefícios, o perdão para seus crimes.

Salvador agiu no Planalto, incumbindo a Dom Francisco Rendon de promover e chefiar o alistamento, por meio de uma provisão, datada de 18 de Março desse 1639 e registrada a 10 de Abril desse ano.

A indiferença pela sorte da guerra holandesa fez com que Dom Francisco Rendon conseguisse alistar apenas 22 infantes, com 54 índios, segundo diz Pedro Taques (*"Nobiliarquia"*).

Em Agosto seguinte, Salvador, naturalmente não satisfeito com o resultado do primeiro alistamento autorizou Dom Francisco Rendon a perdoar os crimes dos parentes dos novos alistados. Com essa ampliação de favores, nova leva foi levantada. Não tenho base documental para fixar uma quantidade, mas seguindo as mesmas linhas do alistamento anterior e tendo em vista o estado psicológico do povo, sou de opinião que o total dos membros alistados no Planalto não foi muito além de 50 infantes, com cerca de 100 índios freixeiros ou arcabuzeiros. É de se comparar o insignificante vulto dessa expedição, diante das que o bandeirismo de apresamento fazia partir de S. Paulo,

nessa ocasião. Os efetivos destas expedições de apresamento subiam a 3.000 ou 4.000 homens, segundo os cronistas e reverendos da Companhia, como se pode ver da "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", do Prof. Taunay.

A expedição de auxílio à restauração do Nordeste não chegava a 5% das que demandavam um lucro imediato no apresamento! Isso não é eloquente?

A má vontade contra êsse auxílio foi tão manifesta que ocorreu em S. Paulo um motim sebastianista, com o fito de sabotar o alistamento. (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 237).

Taunay atribue ao fato de ser genro de Amador Bueno, o ter sido entregue a chefia do auxílio à restauração do Nordeste, a D. Francisco Rendon, e mvista do grande prestígio que, na época, teria desfrutado em S. Paulo a figura de Amador Bueno.

Releve-me o mestre, mas não penso do mesmo modo!

Preliminarmente, não empresto tanto prestígio a Amador. Por que êle haveria de gozar de tão alta situação no meio social planaltino, que era constituído de elementos rudes, em que só se sobressaiam indivíduos de virtudes másculas?

Quem era Amador Bueno? Reunia êle, por ventura, essas qualidades?

Não! Nunca encontrei, e ninguém o fez, seu nome em qualquer rol ou nominata de bandeiras. Aí, temos o maior repositório cronológico de fatos do bandeirismo, a monumental "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*" do prof. Tannay Aí, temos diversos trabalhos meus, especializados no bandeirismo! Aí temos trabalhos históricos de Capistrano, Calogeras, Paulo Prado, Southey, Simonsen, Varnhagen, Aureliano Leite, Barros Brotero, Belmonte, Carvalho Franco, João Mendes, Ermelino de Leão, Washington Luis, Basílio Magalhães, Silva Leme, Azevedo Marques, Machado de Oliveira, Nuto Sant'Anna, Alcantara Machado, Pedro Taques, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Frei

Gaspar, Antonio Piza, etc. Aí temos as crônicas da Companhia de Jesus, com os escritos dos padres Montoya, Mancilla, Mazzetta, Ruyer, Charlevoix, Duran, Techo, Simão de Vasconcellos, Jarque, etc.! Aí temos os documentos de publicação oficial! Aí temos os vários documentos espanhóis, entre os quais o processo contra Dom Luiz de Cespedes!

Em nenhum desses trabalhos, e em nenhum dos escritos desses nomes ajuntados, ninguém pode anotar um só ato de bandeirismo. em qualquer tempo. de Amador Bueno.

Não basta dizer que êle fôï bandeirante!

E' preciso mencionar quando, em que ocasião, contra quem, em que empreitada, Amador Bueno se teria ocupado de qualquer espécie de atividade relacionada com o bandeirismo.

Não há uma só bandeira com o nome dele, como não há uma só empresa de auxílio ao litoral ameaçado, que tenha o nome dele.

Além disso, não consta que êle haja exercido qualquer cargo, em que virtudes másculas são exigidas.

Êle não foi sequer capitão de índios, por exemplo!

Da grande bandeira de 1628, que havia reunido todo o elemento masculino da população paulistana, não fez parte Amador Bueno. Segundo Tannay, reproduzindo um documento jesuítico, (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, II, 79), nessa ocasião, só ficaram, em S. Paulo, além dos velhos, 25 homens em condições de tomar armas. Enquanto isso, Amador Bueno ficou a lavrar sentenças, como Ouvidor Geral, que era. Claro que Amador Bueno foi um desses 25 homens que não participaram da grande bandeira!

A desculpa de que Amador Bueno, na ocasião, era muito velho me parece esfarrapada, pois Amador deveria ter, a êsse tempo, cerca de 37 anos, além de que êle teria podido exercer o bandeirismo antes dessa data.

Que fazia, então, o “prestigioso” Amador Bueno, que nem sequer era — *capitão* —, quando, “todo S. Paulo se despejava atraz daquelas entradas”, (Taunay, “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”)? Pacificamente, Amador Bueno permanecia em S. Paulo, em companhia de mulheres, crianças e velhos, placidamente dando sentenças, como Ouvidor (“*Actas*”, IV, 19).

Não era assim que se podia conseguir prestígio em um aglomerado social rude e belicoso, como era o planaltino.

Com o exposto, sou inteiramente de opinião que Dom Francisco Rendon foi feito chefe por seu mérito próprio e jamais em virtude de um pouco provavel prestígio de um sogro de qual êle não teria muitos motivos para se ufanar, na sociedade em que viviam. <sup>(1)</sup> Êsse Dom Francisco de Rendon deveria ter sido muito mais prestigiado do que o sogro, pelos governantes espanhóis. Êle, Dom Francisco, era um fidalgo espanhol, um dos únicos povoadores planaltinos a ostentar o título de “Dom”. Verdade seja dita, como escreve Aureliano Leite, que só os espanhóis eram pródigos nessa honraria. Dom Francisco Rendon tinha vindo na armada de Dom Fradique de Toledo Osorio, em 1625,

---

(1) Em sociedades que viviam uma vida agreste e de rústica luta, de lutas, de audácias e de aventuras, etc., não são os tipos pacíficos, tímidos, cordatos e sensatos os que adquirem mais prestígio. Pelo contrário! Pois a Sociologia nos ensina que, nessas sociedades típicas, as seleções se operam no sentido de enaltecer indivíduos que, pelos delineamentos das respectivas psicologias e de seus caracteres, se afinam pelas suas normas de varonilidade. Assim, não é provavel que Amador Bueno fosse tido em grande conta no meio extraordinariamente ativo, como era o reinante no Planalto na primeira metade do século XVII.

E’ possível que em sociedades pacíficas, ricas, de vida sedentária, etc., homens dotados de perfil pacato e prudente, como o de Amador Bueno, pudessem galgar altos níveis de prestígio. Não estamos vendo o que se passa atualmente na nossa pacífica e próspera sociedade, a qual se empanturra de lucros e enaltece pessoas tímidas e covardes, que não querem perder! Nestas sociedades complacentes e apaziguadoras, os que não rezam pela cartilha do paicifismo e da timbeza, são tidos como deslocados, destoando da pacatez geral.

Assim, Amador Bueno hoje teria tido um imenso prestígio, se tivesse vivido no nosso meio atual, mas tendo vivido no seiscentismo, em uma sociedade belicosa, altiva, atrevida mesmo, na qual o falar forte e rude era paradigma, eu não tenho receio de errar, afirmando que Amador Bueno era um deslocado no meio em que vivia.

e assim, teria sido “*persona gratíssima*” dos governantes espanhóis, os quais, no momento, estavam mandando.

x x x

Não sei porque se deu a substituição, no Rio de Janeiro, de Dom Francisco Rendon, por Antônio Raposo Tavares. Talvez, por ter sido o espanhol mais diplomata e o português mais homem de ação. Seja, porém, como fôr, a verdade é que, em fins de 1639, estava a expedição de Salvador Correia de Sá, na Bahia.

Não sei qual tenha sido o concurso carioca e fluminense, para essa empreitada. Em matéria de números, a respeito dessa expedição sulina, para a restauração ibérica do Nordeste, nada se sabe ao certo e quasi tudo que se tem aventado, a respeito, é hipotético. Taunay diz que Salvador appareceu na Bahia com “pouco mais de quinhentos homens”.

Naturalmente, nesse total estão os índios compreendidos, a menos que as regiões carioca e fluminense hajam mandado grossos contingentes, mas isso não é provavel que se tenha dado.

Apesar disso, se vê a indiferença que no Sul havia pela restauração ibérica do Nordeste. Caso não houvesse indiferença, qual teria sido o procedimento mais lógico dos planaltinos? A abstenção completa e absoluta do bandeirismo de apresamento, para que o elemento masculino pudesse, com seus índios, correr, aos milhares, em auxílio dos nordestinos! Nada disso se viu, de parte dos planaltinos nessa época tormentosa para a região hispano-luso-americana. De fato, foram magras as expedições que se conhecem, provindas do Planalto, em auxílio ao Nordeste, invadido pelo batavo. Essas magras expedições foram apenas três, as quais se podem mencionar:

1.º — Em 1625, quando a Bahia sofrera a invasão dos holandeses de Willekens e Piet Heyn. Nada se sabe sobre esse feito planaltino, nem quanto ao seu vulto, nem no concernente ao seu ativo.

2.º — Em 1639, Antonio Raposo Tavares chefioi uma pequena expedição de auxílio ao Conde da Torre.

3.º — Em 1647, teria havido um novo esforço dos dirigentes na Bahia, no sentido de ser promovido um novo auxílio paulista. A se crer nos dizeres do ingênuo Pedro Taques, essa expedição teria sido chefiada por Antonio Pereira de Azevedo, mas no meu “*O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*”, deixei bem claramente provado que, ou essa expedição não teve lugar, ou ela seguiu chefiada por outrem. (1)

Chegado à Bahia, em fins de 1639, Raposo teria embarcado com o Conde da Torre, ou teria permanecido na sede colonial?

Não há documento algum que forneça sólida base a qualquer dessas duas hipóteses.

E’ Taunay quem assegura, à página 254 do II volume da sua tão citada “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”, que Raposo teria embarcado nessa armada. E’ provavel que Raposo o tivesse feito, mas não é certo isso, pois não há documento que estabeleça êsse evento. Foi Pedro Taques, na sua “*Nobiliarchia*”, que nos conduziu a essa conclusão, mas o elemento circunstancial de maior peso, para mim, é o fato de Raposo Tavares não haver participado da expulsão dos jesuitas, em meados de 1640. Isso é um elemento indiciário, que nos leva a concluir que Raposo não estava em S. Paulo, em meados de 1640.

Onde, então, estaria êle? E’ claríssimo que na Bahia, para onde fôra chefiando o auxílio planaltino, ao Conde da Torre. Isso, entretanto, não quer dizer que Raposo tenha embarcado na armada do titular, pois êle teria podido ficar

---

(1) Essa bandeira que os documentos paulistas indicam descendo o Tieté, sob o mando de Antonio Pereira de Azevedo em 1648, teria sido parte copartícipe da força, com que, nesse ano, Raposo Tavares conquistou o Mboymboy no sul matogrossense. E’ dessa opinião o emérito Carvalho Franco, que assim se manifesta no seu magnífico “*Bandeiras Bandeirantes*”, 47:

“A verdadeira invasão do Itatim deu-se finalmente pela iniciativa de Antonio Raposo Tavares, que com André Fernandes, Antonio Pereira, que acreditamos ser de Azevedo, Gaspar Vaz Madeira e outros, atacou em novembro de 1648 a redução de Mboymboy”.

Acho muito provavel o ensinamento de Carvalho Franco.

E’ pena que o historiador patricio não tenha indicado onde colheu seu precioso ensinamento que a ser verdadeiro, como eu penso, deixa em muito má postura a versão de Pedro Taques a respeito.

inativo na Bahia, o que aliás não é provável que tenha acontecido, dado seu temperamento ardoroso e irrequieto. A afirmativa de Taques, feita na "*Nobiliarquia*", não me merece inteira fé, pois é preciso que não se esqueça que êsse cronista escreveu, recolhendo as tradições que lhe chegaram pela via verbal, através das gerações. Além disso, Pedro Taques cometeu erros evidentes a êsse respeito, isto é, ao relatar os acontecimentos relativos ao corpo expedicionário planaltino de auxílio à restauração do Nordeste. Foi assim que o linhagista, talvez enganado pela tradição oral que recebera de seus maiores, enfileira, entre os companheiros da expedição os seguintes paulistas que para êle, Pedro Taques, teriam feito parte da armada do Conde da Torre e mais tarde da gente que foi desembarcada na enseada dos Touros, tendo feito, sob o comando de Luiz Barbalho, a famosíssima retirada do cabo S. Roque: Valentim Pedroso de Barros, Luiz Pedroso de Barros, Manoel Fernandes de Abreu, Diogo da Costa Tavares, e João Paes Florião. Ora, Diogo Tavares estava em São Paulo, tendo feito parte da assembléia municipal de 2 de Julho de 1640 (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 24). Teria sido possível, é verdade, a Diogo Tavares, ter feito a retirada, com Barbalho, chegando em Maio, a Salvador na Bahia, e a 2 de Julho, estar em S. Paulo. Entretanto isso não teria sido provável! Mas, se Diogo da Costa Tavares não parece ter feito a retirada com Barbalho, entretanto, outros talvez o tivessem feito. Tudo nos leva a crer que, em fins de 1639, o corpo expedicionário paulista se dividiu. Alguns, deveriam ter seguido com o Conde da Torre e com Barbalho, mais tarde. Outros, porém, não deveriam ter tomado parte nesses encontros do Conde da Torre e de Barbalho, pois foram assinalados em S. Paulo, com tempo escasso para isso. Eis que Diogo Tavares e João Paes figuram em S. Paulo, a 2 de Julho de 1640. ("*Actas*", V, 27, 26 e 37).

(2) A propósito dessa visível indiferença das colônias do Sul, pela restauração do Nordeste, Oliveira Vianna, no seu "*Evolução do Povo Brasileiro*", 283, diz:

"...o resto da colônia, fora da área do domínio holandês, não lhe sente o choque nem lhe sofre a repressão. Só



Tendo sido elevado à chefia do corpo expedicionário planaltino, Raposo Tavares, tendo galgado a tão alto nível, deveria ser, também, elevado de posto, na hierarquia militar. Foi o que aconteceu, em 1639, embora não se saiba, exatamente, o dia desse sucesso, sendo que o documento, em que êle aparece, pela primeira vez, a ostentar a nova designação foi na patente de seu irmão Diogo da Costa Tavares, a qual tem a data de 19 de Novembro de 1640. (3) Aliás, acho que isso não tem a mínima importância, porque dele não resultou consequência alguma e nós não nos devemos preocupar senão com o que tenha sido ponto de partida de algumas consequências.

mente quando o grande perigo platino se abre, é que a nossa história militar, de local que é começa a revestir uma feição nacional e isto já no século da Independência, em pleno II.

Durante os três séculos coloniais nada há que signifique um levante geral da colônia para defrontar e bater o inimigo comum”.

A esse mesmo propósito, Capistrano de Abreu já dizia, no seu “**Capítulo de História Colonial**”:

“...Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunhão ativa da lingua e passiva da religião, moldadas pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso e sentindo pelo português aversão e desprezo não se prezando porém uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos”.

Essas palavras de Capistrano espelham uma eloquente e visível verdade, que ainda não entrou na inteligência conservadora dos nossos historiadores.

Confirmando esse mesmo ponto de vista, Gilberto Freyre, no seu “**Casa Grande & Senzala**”, 39, diz:

“...da afirmativa de Euclides da Cunha de que essa luta do norte contra o estrangeiro se realizava com **divórcio das gentes meriídonais**”.

(3) Não pode restar dúvida sobre a coparticipação de alguns paulistas, na batalha naval que o infeliz Conde da Torre perdeu ao longo da costa nordestina nos primeiros dias de 1640. As patentes de vários paulistas, entre as quais a do soldado Esturiano, mencionadas por Pedro Taques, na “**Nobiliarchia**,” tit. **Rendons**, fazem certíssima essa coparticipação. Eu, tendo encontrado em S. Paulo em, 2 de julho de 1640, Diogo Tavares e João Paes, que Pedro Taques enfileira entre os membros da expedição, faço ressalva, em relação a estes dois.

E’ por isso que penso ter sido a gente planaltina, dividida em duas partes, na Bahia. Uma a que embarcou com o Conde da Torre e depois acompanhou Luiz Barbalho na sua famosa retirada. Essa parte era composta de muitos paulistas assinalados nas patentes a que se refere Pedro Taques. Outra, a que permaneceu na Bahia, voltando ao Planalto antes de 2 de julho de 1640.

Assim, podemos fazer concordar a documentação publicada por Pedro Taques e que encontramos na publicação oficial, e à qual eu fiz referência.

Verifica-se a divisão do corpo expedicionário planaltino, pela qual uma parte teria ficado na cidade de Salvador, daí retornando a S. Paulo no ano de 1640 e a outra embarcado na armada do conde d Torre, sofrendo com êste a derrota naval que dispersou a esquadra.

A qual dessas duas partes teria pertencido Raposo Tavares?

Eu penso que há maiores probabilidades em se afirmar que Raposo fez parte da esquadra do conde da Torre e depois das forças de Barbalho que efetuaram a famosa retirada.

Não há documento algum que me determine êsse pensamento. Entretanto, o súbito e prolongado desaparecimento do irrequieto Raposo do cartaz bandeirante, me fornece magnífico indício de que êle esteve ocupado algures, durante o ano de 1640.

De fato, o nome de Raposo não figura em nenhum empreendimento planaltino havido nesse 1640, só tornando a aparecer no Planalto, em Abril de 1641. Ora, o incançável sertanista não permaneceu, evidentemente, durante êsse lapso de tempo, de braços cruzados. Essas premissas levam a suposição de que êle durante êsse tempo esteve fazendo algo, que eu creio fosse ao lado do titular da Torre e depois de Luiz Barbalho, na sua famosa retirada. Êsse raciocínio confirma, pois, o que se sabia anteriormente, pelos dizeres das patentes dos vários expedicionários, as quais já eram do conhecimento geral, devido a Pedro Taques.

A seguir surge-nos outra interrogação. Teria, de fato, Raposo desembarcado na ponta dos Touros, junto ao cabo de S. Roque no atual território do Rio Grande do Norte?

Washington Luis, no seu admiravel trabalho sobre Raposo, o qual, de uma confusão de cipoal, esclareceu e destacou a personalidade do maior dos nossos sertanistas (*"Rev. Inst. Hist. de S. Paulo"*, IX, 485), conclue pela certeza de ter Raposo Tavares sido desembarcado na ponta dos Touros, fazendo daí a retirada, junto com Barbalho. E' que, diz Washington Luis, não teria havido tempo para

que Raposo fosse com Vega de Bazan (o vice-almirante que conduziu os restos da frota espanhola às Antilhas), até Cartagena das Índias, e estar de volta ao Planalto, onde êle surge em documento, aclamando Dom João IV, em 3 de Abril de 1641. Isso não obriga a crer que Raposo, durante um ano e dois meses, esteve em lugar ignorado. Onde poderia êle ter estado, durante êsse período de tempo?

Sim, porque se a derrota e a dispersão da frota do Conde da Torre se deu em Janeiro de 1640, e, só em Abril de 1641, Raposo surge de novo, a pergunta acima se impõe.

Temos a considerar duas hipóteses:

1.º — Raposo, durante êsse tempo, desembarcado em Touros, com Barbalho, fez a retirada, até o mês de Maio, quando nessa data chegou y Bahia, aí permanecendo até 1641.

2.º — Raposo nesse tempo, acompanhando os restos dos navios destroçados do conde da Torre, até Cartagena das Índias, de onde teria voltado ao Planalto.

Washington Luis preferiu a primeira das hipóteses, talvez porque tenha se estribado em Rio Branco, que errou na contagem do tempo e fez com que Vega de Bazan aportasse a Cartagena das Índias, um ano depois, de modo que, assim, de fato, Raposo não teria tido tempo de surgir em S. Paulo, dois meses depois.

O prof. Taunay, porém, e, a meu vêr com sólido fundamento, contesta essa certeza de Washington Luis, transformando-a em simples possibilidade. Sim, porque, se Raposo teve um ano e dois meses, para voltar a S. Paulo, o prazo era mais que suficiente, mesmo tendo-se em conta a lentidão dos transportes na época, pois para vir de Cartagena das Índias a S. Paulo, Raposo teria dispendido, então, no máximo, três ou quatro meses.

Eis que poderemos resumir o que ficou dito, no seguinte:

a) A única, ou quasi única fonte de informações depondo sôbre a co-participação do corpo auxiliar paulista na restauração ibérica no Nordeste, é o lusotánófilo Pedro Taques.

b) Não há documento algum que firme o aproveitamento da totalidade do insignificante corpo de auxílio paulista na armada do Conde da Torre.

Pelo contrário! Temos até elementos documentais, que provam que dois membros do corpo expedicionário planaltino estavam em S. Paulo, seis meses após a derrota naval do Conde da Torre, o que torna improvável terem êsses dois elementos feito parte das forças que se bateram contra os holandeses, em 1640.

c) Com o que ficou dito, ficam reduzidos aos dois irmãos Pedroso de Barros, a Manoel Fernandes de Abreu, além do próprio Raposo, e de uns poucos soldados entre os quais Esturiano, os que do corpo expedicionário paulista, possivelmente hajam tomado parte na famosa retirada de Barbalho.

d) E' apenas possível, mas não é provável nem absolutamente certo que Raposo Tavares tenha feito parte dos elementos comandados por Luiz Barbalho.

Nisso, pois, se resume a participação planaltina na restauração ibérica do Nordeste. Tudo, como se vê, é possibilidade e, quando muito, probabilidade, mas nada de certeza, pois há a êsse respeito a maior falta de documentação segura.

O único, ou quasi único esteio que para êsse capítulo, repousa no ingênuo Pedro Taques, que se estribou, quasi que sempre, na tradição oral. (v. Taunay, "*Inf. sôbre as Minas de S. Paulo*", 39; Paulo Prado, "*Paulística*").

Ora, êsse linhagista, ainda que de boa fé, era português e visivelmente lusitanófilo, além de não possuir nenhuma mescla de sangue amerindiano. Êle viveu em um século, quando havia sido o Planalto sensivelmente aportuguesado, em consequência do ouro, que atraiu a avalanche da imigração portuguesa, a qual elevou a população planaltina a um nível imenso, esmagando a alma da terra, que ensaiava os primeiros passos, no século XVIII. Nessa ocasião, na Europa, passava uma onda nacionalista, presidida pelo despotismo esclarecido, com Dom José I e Pombal, em Portugal, Carlos III e Alberoni, na Espanha, Maria Te-reza, na Austria, Frederico II, na Prússia Catarina II, na

Rússia, etc. Essa atmosfera deveria, por força, influir poderosamente na mentalidade e nos escritos de Pedro Taques, que assim não poderia deixar de fazer nele refletir um intenso, profundo, incontrastável nacionalismo lusitano, êsse mesmo nacionalismo que foi a causa dos termos virulentos contra Tiradentes e seus gloriosos companheiros, no fim do século, como se pode ver do processo contra os proto-mártires da nossa independência. A mentalidade e principalmente a sentimentalidade do linhagista trabalhavam como exatamente as que aqueles ferozes julgadores de Tiradentes evidenciaram ao retratar uma época de intensa vibração nacionalista por Portugal.

Pedro Taques, com seu modo de pensar e de sentir, se porventura tivesse de se manifestar sobre o imortal movimento da Inconfidência Mineira, teria, por certo, feito de idêntica maneira, pela qual o fez o Visconde Barbacena, Luiz de Vasconcelos e outros portugueses da época, que chamaram os gloriosos mineiros de “infames”, de “traidores” etc. Pedro Taques teria, por certo, escrito o seu julgamento, sobre êsse memorável feito, marcante da evolução da nossa nacionalidade, da mesma maneira, pela qual êle o fez, em relação ao movimento de aclamação de Amador Bueno. (4) O recente regime do Estado Novo getuliano mostra bem o que teria acontecido nos tempos totalitários e pombalinos de Pedro Taques.

Não se pense, por isso, que eu não tribute a Pedro Taques um culto imenso.

Reverencio tudo o que êsse “portento de retentiva” escreveu. E’ uma das primaciais figuras da minha religião do passado. Povo nenhum, no mundo civilizado, possui um cadastro genealógico, como o paulista, que tem a vida de todos os seus troncos bem definidas, no trajeto de sua evolução. Isso se deve ao imortal Pedro Taques, a cuja memória professo uma devoção e um respeito que se ampliam na proporção em que o tempo me faz meditar no muito que o grupo paulista de velha estirpe deve a esse varão insigne.

---

(1) Ainda este juízo crítico a propósito do linhagista, foi aprendido em ensinamentos do prof. Taunay, que em “**Informações sobre as minas de São Paulo**”, 50, diz:

“Apesar de paulista até a raiz dos cabelos, sente-se também lusitano até o íntimo do coração, admirador incondicional do seu rei e seu governo”.

Mas, apesar de todo êsse culto, apesar de todo êsse respeito, eu não posso fazer calar a voz da imparcialidade que está a clamar que, por mais honestos que tivessem sido os dois grandes cronistas paulistas do século XVIII, êles não podiam deixar de se influenciar pelo ambiente psicológico e sentimental que os envolvia. Isso seria profundamente humano! Eu mesmo não tenho escapado disso, em alguns dos meus escritos: tenho me influenciado pelo ambiente que me ter cercado! E' por isso que eu acho que êsses dois escritores foram influenciados, em seus relatos, de modo que transpiram uma visível e profunda quão intensa e absoluta influência portuguesa.

Ora, devemos proceder a julgamentos, tendo em vista a atmosfera do pensamento e do sentimento brasileiro, abstraindo-nos das idéias e dos sentimentos que se manifestaram por Portugal, nos casos de Amador Bueno, de Bekman, de Salvador Correia, das guerras dos Emboabas e dos Mascates, de Felipe dos Santos, de Tiradentes, da revolução de 1817, da revolução de 1824, etc., até a data da que pôs termo ao primeiro Império, êsse glorioso 7 de Abril de 1831.

Ora, o auxílio planaltino em 1639, era para a restauração ibérica do Nordeste. Era, por conseguinte, um movimento hispano-português, quando a alma de Aquem-mar já havia nascido, como se vê de Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162, quando o mestre eminente comenta o depoimento do padre Montoya, no processo de Dom Luiz de Cespedes, bem como em determinada passagem do "*Relacion de los Agrabios*".

Seja, porém, como for, nós vamos encontrar, de novo. Raposo Tavares, em S. Paulo, a 3 de Abril de 1641.

## Í N D I C E

Prefácio .....	3
----------------	---

### PARTE I

Capítulo I — Conceito de História .....	5
Capítulo II — A Produção .....	8
Capítulo III — Aplicação da tésé à História Brasileira .....	8
Capítulo IV — O Açúcar .....	9
Capítulo V — Guerras holandesas .....	13
Capítulo VI — O apresamento .....	13
Capítulo VII — O declínio do bandeirantismo ....	21
Capítulo VIII — Outras formas de bandeirismo ....	23
Capítulo IX — O Bandeirismo pesquisador .....	25
Capítulo X — O Bandeirismo sedentário e minerador .....	27
Capítulo XI — O Bandeirismo e Tordesilhas ....	28

### PARTE II

Capítulo I — A primeira batalha do açúcar ...	30
Capítulo II — Os jesuitas e o apresamento .....	37
Capítulo III — Isolamento e autarquia .....	38
Capítulo IV — A policultura planaltina .....	39
Capítulo V — A pequena propriedade planaltina	40
Capítulo VI — A democracia planaltina .....	41
Capítulo VII — O isolamento psicológico .....	42

Capítulo VIII	— A restauração do Nordeste .....	48
Capítulo IX	— A decadência do açúcar — A Segunda batalha do açúcar .....	53
Capítulo X	— O declínio e o fim do Bandeirismo de apresamento .....	59
Capítulo XI	— Crueldade no apresamento .....	63
Capítulo XII	— O Bandeirismo e as Fronteiras ...	66

### PARTE III

Capítulo I	— Pedro II .....	69
------------	------------------	----

### PARTE IV

Capítulo I	— A restauração lusa .....	78
------------	----------------------------	----

### PARTE V

Capítulo I	— Considerações sobre as invasões holandesas .....	85
Capítulo II	— O conde da Torre .....	93



